

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

IVÂNIA OLIVEIRA DIAS E SILVA

ANÁLISE DOS EFEITOS ARGUMENTATIVOS DAS PARÁBOLAS DE JESUS
CRISTO: uma pesquisa à luz da metáfora

São Luís

2022

IVÂNIA OLIVEIRA DIAS E SILVA

ANÁLISE DOS EFEITOS ARGUMENTATIVOS DAS PARÁBOLAS DE JESUS

CRISTO: uma pesquisa à luz da metáfora

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem e Práticas Discursivas.

Linha de Pesquisa: Estudo da Linguagem e Práticas Discursivas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Monica Fontenelle Carneiro.

São Luís

2022

Silva, Ivânia Oliveira Dias e.

Análise dos efeitos argumentativos das parábolas de Jesus Cristo: uma pesquisa à luz da metáfora / Ivânia Oliveira Dias e Silva. – São Luís, 2022.

77 f

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Fontinelle Carneiro.

1. Metáforas conceptuais. 2. Parábola. 3. Argumentação. I. Carneiro, Monica Fontinelle. II. Título.

CDU: 801:22

IVÂNIA OLIVEIRA DIAS E SILVA

ANÁLISE DOS EFEITOS ARGUMENTATIVOS DAS PARÁBOLAS DE JESUS

CRISTO: uma pesquisa à luz da metáfora

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem e Práticas Discursivas.

Linha de Pesquisa: Estudo da Linguagem e Práticas Discursivas

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Monica Fontinelle Carneiro (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Rocha Silva (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Claudiene Diniz da Silva (Avaliador Externo)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Correa Pereira Mugschl (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A Deus, fonte de toda inspiração. Reconheço-o em todo o direcionamento dado por meio de pessoas, situações e condições necessárias para a concretização deste trabalho. A Ele, honra, glória e louvor!

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Professora Doutora Monica Fontenelle Carneiro, que em todas as etapas mostrou-se como um verdadeiro protótipo de gentileza, compreensão e companheirismo. Por ver possibilidades em meio a um turbilhão de adversidades. Gratidão por não desistir de mim.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pela oportunidade e espaço para o desenvolvimento deste trabalho, principalmente aos professores de cujas aulas extrai conhecimento e experiência acadêmica.

Ao meu querido esposo Jean, pelo companheirismo, compreensão aos meus momentos de solitude, pelo cuidado em preparar o ambiente propício para que as ideias fluíssem com mais clareza.

Aos meus pais Raimundo e Iraci, pela condução dos primeiros passos e pela presença amorosa em todas as etapas da vida.

Aos meus irmãos Idelvan, Iverton, Irilane e Ilkelene pelo incentivo, apesar de não compreenderem muito bem minha ausência no seio familiar.

Aos autores explorados neste trabalho, que serviram de candeia para iluminar caminhos obscuros, âncora para fundamentar ideias espessas sobre o *corpus*. Minha gratidão pelo tempo dedicado ao conhecimento e principalmente pelo compartilhamento de saberes.

Aos colegas de estudo que convivi neste período, todos contribuíram para o entendimento de que somos agentes que não apenas constroem, mas somos construídos em qualquer manifestação discursiva.

Acima de todos, sinto-me grata a Deus (JESUS), pela oportunidade de desenvolver esta missão, e de conhecê-lo como fonte inspiradora.

*“Por isso lhes falo por meio de parábolas;
porque, vendo, não enxergam; e escutando, não
ouvem, muito menos compreendem”.*

Mateus 13:13

*“A conclusão dos assuntos é melhor que o seu
início, e a paciência vale sempre mais do que a
arrogância”.*

Eclesiastes 7.8

RESUMO

Este trabalho, inserido nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva e, atrelado à Análise do Discurso, tem como objetivo analisar os efeitos argumentativos presentes nas parábolas de Jesus Cristo, sob a perspectiva da Teoria das Metáforas Conceptuais. Para isso, inicialmente, procura-se compreender algumas particularidades sobre o gênero, bem como os conceitos dados por alguns autores que investigam a temática. Em seguida, com base em Bakhtin (1997), verifica-se as características dadas pelo autor para as diversas manifestações linguísticas, na tentativa de qualificar a parábola como gênero discursivo. Durante este trabalho científico, são usadas como corpus três parábolas que estão registradas no evangelho de Lucas, capítulo 15, a saber: a parábola da ovelha perdida, a parábola da moeda perdida e a parábola do filho perdido, sendo que esses textos bíblicos foram examinados sob o viés dos estudos linguísticos cognitivo-discursivos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-exploratória. É também bibliográfica e documental. A questão norteadora diz respeito à linguagem metafórica presente nas parábolas de Jesus e sua contribuição como estratégia para convencer e/ou persuadir o auditório. Para tanto, trabalha-se com a hipótese de que a argumentatividade presente nas parábolas de Jesus está relacionada com cognição e entendimento da mensagem, pela emergência e negociação de sentidos por meio da linguagem figurada. A revisão bibliográfica baseia-se em textos que tratam da abordagem da metáfora e a ampliação de seu conceito no que se refere a sua multidisciplinaridade. Devido a abrangência em vários domínios de conhecimento, Vereza (2007; 2010; 2013; 2016) contribui com a análise da metáfora na linguagem em uso e a conciliação entre cognição e discurso. Esse novo prisma determina uma dada orientação argumentativa, pois é a partir de desdobramentos ou mapeamentos discursivos que desempenha um papel, tanto cognitivo quanto argumentativo, cujo encadeamento discursivo se dá por nichos metafóricos. Por meio de Amossy (2017; 2018), busca-se fundamentos para o estudo concreto do discurso argumentativo, de sorte que, o instrumentalize teórico-metodologicamente. O enfoque dado ao estudo das parábolas dá-se por meio de: Bailey (1985), Jeremias (1986), Kunz (2014) e Sant'Anna (2010). A dissertação demonstra a relevância da pesquisa, destacando os efeitos da argumentação e da metáfora nas parábolas selecionadas, e contribuindo com dados significativos para futuros trabalhos que venham tratar deste tema, além de incentivar o desenvolvimento de outras investigações nesse âmbito.

Palavras-chave: metáforas conceptuais; parábola; argumentação.

ABSTRACT

This work, inserted in the theoretical assumptions of Cognitive Linguistics and linked to Discourse Analysis, aims to analyze the argumentative effects present in the parables of Jesus Christ, from the perspective of the Theory of Conceptual Metaphors. For this, initially, we seek to understand some particularities about the genre, as well as the concepts given by some authors who investigate this theme. Then, based on Bakhtin (1997), the characteristics given by the author to the various linguistic manifestations are verified, to qualify the parable as a discursive genre. During this study, are used as corpus, namely: the parable of the lost sheep, the parable of the lost coin and the parable of the lost son. This is qualitative research, of a descriptive-exploratory nature. It is also bibliographical and documentary. The question that guided the research concerns the metaphorical language present in the parables of Jesus and its contribution as a strategy to convince and/or persuade the audience. For that, we worked with the hypothesis that the argumentativeness present in the parables of Jesus is related to cognition and understanding of the message, through the emergence and negotiation of meanings through figurative language. The bibliographic review is based on texts that deal with the metaphor approach and the expansion of its concept about its multidisciplinary. Due to coverage in several domains of knowledge, Vereza (2007; 2010; 2013; 2016) contributes to the study of metaphor in language in use, and the conciliation between cognition and discourse. This new prism determines a given argumentative orientation, and it is from discursive unfoldings or mappings that they play a role, both cognitive and argumentative, whose discursive chaining takes place through “metaphorical niches”. Through Amossy (2017; 2018), foundations were sought for the concrete study of argumentative discourse, so that, theoretically-methodologically, it instrumentalizes it. The focus given to the study of parables was given through: Bailey (1985), Jeremiah (1986), Kunz (2014) e Sant'Anna (2010). The research demonstrates the relevance of the study, highlighting the effects of argumentation and metaphor in the selected parables, and contributing with significant data for future works that will deal with this theme, in addition to encouraging the development of other investigations in this area.

Keywords: conceptual metaphors; parable; argumentation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PARÁBOLA.....	15
2.1	Particularidades e conceitos	15
2.2	O percurso etimológico	22
2.3	Gênero discursivo	24
3	METÁFORA E ARGUMENTAÇÃO	30
3.1	Visão tradicional da metáfora	30
3.2	A Teoria da Metáfora Conceptual	31
3.3	A metáfora na linguagem em uso.....	38
3.4	A argumentação e seus efeitos	47
4	METODOLOGIA	57
4.1	Descrição do percurso	57
4.2	Tipo de pesquisa	58
4.3	Seleção do <i>corpus</i>	59
5	ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	60
6	CONCLUSÃO	70
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Na Bíblia, o uso de parábolas é uma prática bem recorrente, especificamente no Novo Testamento, onde há vários registros em que essa instrumentalidade era bem notória nas situações em que Jesus Cristo tentava transmitir algum ensino a quem se propunha ouvi-lo. Um dos seus autores confirma que Jesus usava frequentemente parábolas para se comunicar com as pessoas que o acompanhava (Mt 13. 34-35). Essa forma de transmissão era bem desafiadora, considerando o fato de os mecanismos de comunicação serem bem limitados naquela época, devido à indisponibilidade de ferramentas que auxiliassem na ampliação da voz. Mesmo assim, Jesus conseguia alcançar multidões (Lc 8,19).

Sabe-se que, antes do surgimento da escrita, a oralidade era a única forma de propagação de saberes, foi assim que os antigos povos mesopotâmicos transmitiram seus conhecimentos e que, através de gestos e repetições, a linguagem de forma primitiva e simples foi criada e desenvolvida. Compreende-se que, esse desenvolvimento livre e peculiar dos primitivos ajudou na disseminação de conhecimento, além de manter viva a memória de civilizações. À vista disso, o uso de parábola, torna-se um recurso favorável à operacionalidade do objetivo de Jesus Cristo, que segundo relatos bíblicos, andava sempre acompanhado de pessoas que desejavam ouvi-lo, seja em busca de uma palavra que proporcionasse algum benefício, seja para achar alguma falha que o desmoralizasse diante das autoridades da época. É dessa forma, que a discursividade bíblica expressa nas parábolas, marca o seu registro inicial, pois possui características próprias de um texto falado.

Diante da diversidade de papéis que a parábola pode desempenhar, consideramos por meio de Sant'Anna (2010), que a estratégia de Jesus Cristo na aplicação desse recurso, evidencia-se correspondente ao objetivo almejado, pois dentre as características dadas às parábolas, pelos autores da teoria literária pesquisados por esse autor, o ensino das verdades morais e religiosas avulta-se como um dos principais. A esse respeito, o mesmo escritor reconhece que a parábola, além de privilegiar o ensino, ajuda no fortalecimento de uma argumentação, sendo que sua função literária é bem relevante à construção do significado da narrativa através do processo metafórico.

No tocante à investigação e sobretudo uma caracterização da parábola como gênero, tomamos como fundamentação teórica os estudos de Bakhtin (1997) por empreender o papael do eu e do outro na construção discursiva dos aspectos socioculturais inerentes. E também, por conceituar um gênero a partir das determinações de condição, realização e destino de cada obra ou enunciado, uma vez que, se refere a uma compreensão que vai além da abrangência do

literário ou não-literário. Assim, por considerar a extrema heterogeneidade dos gêneros de discursos, buscamos a partir dessas bases, os elementos que identificassem toda a exterioridade sócio-histórico-cultural dos agentes envolvidos em situação discursiva.

O emprego de parábolas bíblicas é considerado por Vereza (2020) como um recurso que contribui para fortalecer uma argumentação, uma vez que pode dificultar qualquer discordância diante da moral que elas estabelecem em toda a construção da rede metafórica. Assim, buscamos nesta autora fundamentos para a metáfora que ela se refere como *Metáfora Situada*. Para ela, esse tipo de metáfora possibilita estruturar cognitivamente textos específicos, principalmente *Nicho Metafórico*, que diz respeito a uma das unidades de análises da metáfora em uso, e que permite a efetivação do mapeamento de todas as expressões linguísticas em todo o evento discursivo, e dessa forma estrutura uma rede metafórica em unidade semântico-discursiva.

A partir da etimologia do termo parábola, depreendemos que sua utilização se torna bem favorável, pois permite estabelecer um paralelo de situações da vida diária dos ouvintes, e assim, a mente é iluminada para compreender e refletir sobre o que está sendo exposto. Dessa maneira, o contexto histórico-social de onde as parábolas foram narradas torna-se elemento essencial para que a dinâmica da interpretação de parábolas seja mais bem compreendida. Sendo assim, nos baseamos em Bailey (1995) por conhecer a realidade cultural do Oriente Médio a ponto de desenvolver um método para que o trabalho de interpretação de parábolas não se apoie em uma cultura subconscientemente presumida, mas esteja dentro dos padrões do seu berço cultural.

Sabendo que, a contrariedade de ideias é evidência explícita para a efetividade da argumentação, buscamos fundamentos em Amossy (2018), já que as ponderações dessa autora sobre a exploração da fala em situação concreta, assim como, sua visão sobre as diversas modalidades argumentativas possibilita que a argumentação seja caracterizada por vários aspectos. Nessa acepção, segundo a professora, a confusão que muitas vezes é levantada sobre as determinações que caracterizam um gênero entre argumentativo ou não-argumentativo podem ser excluídas, em virtude às diferenças que existem entre essas denominações, as quais propicia uma identificação mais precisa quanto à dimensão argumentativa ou visada argumentativa.

Logo, o interesse desta pesquisa é procurar examinar a parábola bíblica, sob o viés dos estudos cognitivo-discursivo, fundamentada nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva e atrelada à Análise do Discurso de vertente francesa, cujo objetivo é analisar a

contribuição dos efeitos argumentativos nas parábolas de Jesus que se mostram enriquecidos pela presença das metáforas.

A respeito de metáforas, inferimos que, ao longo dos anos, passou por fases que contribuíram para o avanço de conceitos e fortalecimento da teoria, e que desde o início de sua trajetória entre os gregos, sua aplicabilidade era restrita, e atentando para o fato de que era reconhecida apenas como um adorno que servia para dar mais requinte à comunicação. No entanto, a partir de uma insatisfação entre os cognitivistas pela perpetuação dessa visão tradicional, outras possibilidades insurgiram para novas perspectivas que contribuíram para uma significativa ruptura de paradigmas, e assim, o conceito de metáfora passa a ser fundamentado na concepção de que pensamentos e ações são essencialmente metafóricos, que as estruturas mentais que constituem o nosso conhecimento, partindo do *experencialismo*, fundamentos lançados por Lakoff e Johnson (2002), determinam a cognição que se dá pela experiência corpórea.

Nesse contexto, apresentamos as parábolas de Jesus, como *corpus*, especificamente, as que estão registradas no evangelho de Lucas no capítulo 15. Ressaltamos que a versão utilizada é a tradução King James Atualizada (KJA) para a língua portuguesa, advindo dos manuscritos nas línguas originais hebraico, aramaico e grego, de acordo com o estilo clássico da Bíblia King James de 1611.

Compreendemos que, as parábolas são textos que possuem elementos figurativos que, por meio de analogia, se mostram fortalecedores na construção argumentativa utilizada por Jesus Cristo para transmitir princípios morais e religiosos aos seus ouvintes.

Esta pesquisa surgiu do desejo de compreender a funcionalidade das parábolas narradas por Jesus como peças discursivas, que devido a sua constituição funcional exercida no ensino de princípios morais e religiosos, dispõem de características que as enquadram dentro das tradicionais classificações dadas pelas comunidades discursivas como um gênero discursivo. Além disso, observamos a relevância das parábolas bíblicas como uma forma de comunicação que merece ser analisada com profundidade, já que o seu reconhecimento como recurso metafórico abrange outros universos fora do contexto bíblico. Para tanto, buscamos respaldo na Análise do Discurso que trata todas as formas comunicativas como uma mediação entre o homem e sua realidade, independentemente de sua época ou situação social. Desse modo, o estudo se justifica primeiro por concordar com Sant'Anna (2010), quando diz que há pouco material que trata da parábola e seus aspectos teóricos, especificamente em língua portuguesa e, segundo, pela disseminação de que se trata de um recurso que contribui para o

fortalecimento argumentativo em relação a um direcionamento nos modos de ver e pensar uma realidade, conforme os postulados de Amossy (2018).

Sendo assim, esta pesquisa foi norteada na seguinte questão: como a linguagem metafórica presente nas parábolas de Jesus contribui estrategicamente para convencer e/ou persuadir o auditório? Principiando desse questionamento, trabalhamos com a seguinte hipótese: a argumentação presente nas parábolas de Jesus Cristo está relacionada com a cognição e o entendimento da mensagem, pela emergência e negociação de sentidos por meio da linguagem figurada. Diante do exposto, procedimentos em busca de respostas foram traçados buscando os seguintes objetivos: de forma geral, analisar a argumentação presente nas parábolas de Jesus Cristo, sob a perspectiva das metáforas conceptuais. Sendo que, essa visão global e abrangente só seria possível com a aplicabilidades dos seguintes objetivos específicos: a) identificar a contribuição do gênero como estratégia argumentativa do discurso oral; b) estudar os aspectos sociocultural, histórico e comunicativo do gênero; c) compreender a contribuição do processo metafórico na emergência e negociação de sentidos.

A metodologia do trabalho encetou do estudo teórico acerca de parábolas para identificar algumas de suas particularidades como conceitos, percurso etimológico do termo e a sua caracterização como gênero discursivo. Com esse propósito, nos baseamos em autores que trazem fundamentos do contexto socio-histórico-culturais que nos ajudaram a situar a parábola como o gênero mais propício para instrumentalidade da estratégia de ensino de Jesus Cristo. Ambicionamos estabelecer um paralelo semântico entre parábola e metáfora em termos de cognição e analisar os efeitos internos de metáforas localizadas nas parábolas. Examinamos a analogia que se faz através dos elementos figurativos presente nas parábolas, os quais estabelecem um paralelo de situações da vida diária dos ouvintes, assim como, servem como recurso de iluminação das mentes. Averiguamos também a abordagem cognitiva para a utilização da metáfora em uso, que por meio da unidade analítica denominada por Vereza (2010; 2013) de nicho metafórico, permite que se faça um mapeamento de expressões linguísticas em todo o evento discursivo, de sorte que, uma rede metafórica seja estruturada em unidade semântico-discursiva. A partir do estudo feito, parábolas podem ser vistas como gênero discursivo, dado que comunica uma mensagem de forma intencional, e sua transmissão se dá na interação social nas diversas esferas da atividade humana, comungando dessa forma, com o conceito de Bakhtin (1997) para gêneros de discurso.

Na investigação para caracterizar os efeitos argumentativos das parábolas, tomamos como fundamento teórico os estudos de Amossy (2018) que compreendem a argumentação no âmbito da Análise do Discurso em sua visada e/ou dimensão argumentativa.

Este trabalho se estrutura em torno de quatro capítulos. Nos capítulos 2 e 3, apresentamos a fundamentação teórica que embasa nossa pesquisa, situando a parábola como recurso de estratégia persuasiva, e a metáfora na dimensão discursiva em que desempenha um papel tanto cognitivo quanto argumentativo. O capítulo 4 trata dos procedimentos metodológicos adotados. Por fim, no capítulo 5, apresentamos a análise dos dados sob a perspectiva semântica.

O capítulo 2, *Parábola*, discute a fundamentação teórica na qual estamos nos pautando para desenvolver o trabalho. O item 2.1 situa a área de conhecimento e suas particularidades com alguns dos conceitos atribuído ao termo. O item 2.2 abrange o trajeto etimológico percorrido pelo termo para a designação atual. O item 2.3 trata mais especificamente do reconhecimento de parábola como um gênero discursivo.

No capítulo 3, continuamos com a fundamentação teórica do tópico Metáfora e Argumentação dentro de uma abordagem cognitivo-discursiva. O item 3.1 situa a metáfora dentro da visão tradicional aristotélica. O item 3.2 mostra o marco inicial da virada paradigmática da teoria. O item 3.3 apresenta a continuidade dos estudos da metáfora na perspectiva da situação languageira. O item 3.4 explora a argumentação como uma ação inerente ao processo de interação social e seus efeitos no funcionamento discursivo.

O capítulo 4 trata da metodologia adotada para a realização desse estudo. No item 4.1 Descrição do percurso, trazemos informações gerais relativas à linha de pesquisa, com alguns conceitos importantes e objetivos; o item 4.2 refere-se ao tipo de pesquisa e alguns referenciais teóricos utilizados; 4.3 faz uma breve exposição sobre a metodologia usada para selecionar o corpus.

O capítulo 5 traz a análise dos dados e resultados, consoante à metodologia que aqui adotamos, seguida por algumas considerações pertinentes ao estudo das metáforas.

Por último, na conclusão, vislumbramos os aspectos de uma argumentação que instrumentalizam uma análise para uma situação concreta do discurso, sendo que, esta análise leva em consideração a dimensão argumentativa, que direciona para uma visão ampla nos modos de ver e refletir uma realidade, não se restringindo a um projeto argumentativo confesso, mas que, contida no quadro da Análise do Discurso, desvela as modalidades discursivas da argumentação, cônsono aos gêneros e situações particulares.

2 PARÁBOLA

Neste capítulo, a parábola é abordada a partir de alguns de seus aspectos, sendo que algumas de suas particularidades são direcionadas para o seu uso como única possibilidade de recurso que viabiliza a transmissão dos ensinamentos de Jesus Cristo. A questão da interpretação das parábolas é outro ponto significativo por promover o conhecimento de todo o contexto cultural em que ocorreram os fatos narrados. Outro aspecto diz respeito aos conceitos que norteiam as características dadas a uma parábola bíblica, sendo que, em todos há evidência de que a figuratividade presente em toda situação discursiva permite uma dinâmica mais exitosa quanto aos resultados almejados.

Ressalta-se, ainda, o percurso etimológico do termo que, desde sua origem, procura denotar as suas funções e aplicabilidade. A identificação de parábola como gênero discursivo finaliza o capítulo refletindo sobre as determinações dadas por Bakhtin (1997) sobre as diferenças que norteiam as características de um gênero, que não se restringem ao âmbito do literário ou não-literário, mas às determinações de condição, realização e destino de cada obra ou enunciado.

2.1 Particularidades e conceitos

As parábolas bíblicas apresentam narrativas que encantam por sua constituição metafórica e pela recursividade didática na transmissão de uma mensagem ou recado. No evangelho de Mc 4,34, está escrito que Jesus “[...] sem parábolas nada lhes falava [...]”, isso denota uma prática recorrente devido à disponibilidade mais viável no discurso oral. No entanto, os discípulos que andavam sempre com Jesus questionavam sobre o seu propósito em usar parábolas para falar com as pessoas (Mt 13,10). A dúvida dos apóstolos é pertinente, tendo em vista que qualquer orador deseja alcançar os ouvintes, todavia, Jesus instiga de forma mais incisiva a indagação dos seus seguidores dizendo:

[...] porque a vós outros foi dado o conhecimento dos mistérios do Reino dos céus, mas a eles isso não lhes foi concedido. Pois a quem tem, mais se lhe dará, e terá em abundância; mas, ao que quase não tem, até o que tem lhe será tirado. Por isso lhes falo por meio de parábolas; porque, vendo, não enxergam; e escutando, não ouvem, muito menos compreendem (Mt 13,11-13).

Como se trata de um texto polissêmico, a parábola era sempre usada em situações de julgamentos e permitia várias possibilidades de interpretação, e naquela época, orientava não

apenas quanto aos procedimentos sociais, mas dava indícios em relação à situação espiritual dos ouvintes. Percebe-se, portanto, que havia uma necessidade mínima de inteligência para compreender o sentido das parábolas, que conforme a citação de Mateus, era considerada enigmática, pois nem mesmo os discípulos que conviviam de sua realidade diária estavam aptos a interpretá-las. Nesse sentido, se percebe o desejo dos discípulos em busca de uma interpretação que elucide a linguagem enigmática das parábolas narradas por Jesus. Isso é visto por Maingueneau (2007b, p. 283-283) como desejo de “[...] encontrar o lugar exato [...]” de uma interpretação que clarifica o texto, e consequentemente “[...] deixa entrever o enigma que ele supostamente encerra [...]”, e por considerar também, que quanto mais o intérprete se aproxima da fonte, maior a possibilidade de uma interpretação legítima e seu caráter enigmático ser enfraquecido.

Os registros de parábolas encontram-se, em maior evidência, nos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, primeiros livros do Novo Testamento, uma das divisões da Bíblia, considerada pelos cristãos como a palavra de Deus. Por tratar-se de um livro rico em suas narrativas

[...] a Bíblia, do ponto de vista das práticas textuais, funciona como um reservatório de citações. Sua divisão em capítulos e versículos, pela Igreja, consagra seu estatuto de texto que virtualmente pode ser citado do começo ao fim. O volume como um todo é atribuído à responsabilidade de um hiperenunciador, o próprio Deus, ainda que não seja constituído de palavras, emanado diretamente de Deus, mas de textos de autores anônimos ou míticos que pertencem a gêneros de discursos bastante diversos (narrativa histórica, mito, poema, provérbio, coletânea de leis...) escritos em lugares e épocas distintas. Mesmo no Evangelho, Cristo só utiliza o discurso relatado quando se trata de uma hagiografia. Assim, os vários “autores” da Escritura são apenas porta-vozes do único verdadeiro Autor (o Espírito de Deus) que os inspira e afiança o conjunto de seus textos, indiferente à diversidade dos gêneros e das épocas. Sem esse postulado, toda a hermenêutica religiosa ruiria, já que não seria possível ler um fragmento da Escritura, relacionando-o com um outro (MAINGUENEAU, 2007b, p. 283).

Com base na Bíblia, pode-se constatar que o discurso de Jesus objetivava relatar sobre um reino celeste, o qual se referia como morada de seu pai, além disso, ele afirmava ser o enviado de Deus (Jo, 7,16-17). Em razão da constância de parábolas nas manifestações públicas de Jesus Cristo, uma ligeira associação do termo parábola à sua pessoa é inevitável. Todavia, Kunz (2014) nos informa que Jesus não foi o criador dessa forma discursiva, pois há relato de parábolas no Antigo Testamento, como também, na tradição rabínica. Ademais, Kunz (2014, p.9) também salienta que os filósofos gregos Aristóteles e Plantão fizeram uso de parábolas para ensinar, apesar de serem mais aceitas pelo povo hebreu devido à dificuldade de

assimilação de ideias abstratas, diferentemente do povo grego que se destacavam por possuírem uma mentalidade mais lógica.

Considerando a dificuldade do povo hebreu, percebe-se que Jesus Cristo sabiamente empregou o recurso da parábola, em virtude de que a linguagem simbólica ajudaria seu público a uma melhor adaptação das figuras utilizadas em seus sermões. Assim, ratifica Jeremias (1986, p. 7-9), quando afirma que “[...] as imagens se imprimem mais fortemente na memória do que ideias abstratas”. Assegura esse estudioso que as parábolas, vistas de modo geral, transmitem certa credibilidade aos ouvintes, por conta do autorreconhecimento deles nas histórias narradas, uma vez que mostram a realidade de forma bem peculiar, com muita clareza e simplicidade, que os ouvintes não teriam outra resposta quando as ouvem, a não ser a confirmação de que se trata de suas vivências.

Partindo dessa compreensão de aceitabilidade das parábolas, e, por elas serem consideradas “[...] um material totalmente sem problemas [...]”, em concordância com Jeremias (1986), a interpretação delas, tem sido alvo de muitos questionamentos, e devido a isso, esse autor questiona o fato de as parábolas terem sofrido “[...] certos desvios de interpretação [...]”, logo na primeira década após a morte de Jesus. Ele alerta para o tratamento precoce dado às parábolas como textos alegóricos, que incorreu ao erro de interpretá-las detalhadamente, dando-lhe um sentido mais profundo. Sendo assim, por muitos séculos, essa percepção e compreensão de profundidade nas palavras simples de Jesus disseminou a ideia de que a parábola fosse apenas um texto alegórico. Essa compreensão perdurou por longos anos graças a vários fatores:

[...] no começo pode ter havido um desejo inconsciente de achar nas palavras simples de Jesus um sentido mais profundo. No meio helenístico estava amplamente espalhada a interpretação alegórica dos mitos como portadora de conhecimentos esotéricos, e no judaísmo helenístico a exegese alegórica fez escola; coisa semelhante era de se esperar neste assunto também dos mestres cristãos. [...], deve ter estimulado nessa linha o fato de quatro parábolas nos evangelhos terem recebido uma amplificação alegorizante em cada um de seus elementos [...], a teoria do endurecimento [...]. o dito de Marcos 4.11-12 diz no seu atual contexto que Jesus teria falado em parábolas para ocultar aos de fora o mistério do reino de Deus e endurecê-los. Segundo isto, as parábolas teriam um sentido oculto, que só se poderia levantar com a ajuda da interpretação alegórica (JEREMIAS, 1986, p. 9-10).

Convém lembrar aqui a ideia de Bailey (1995, p. 16), que encara a interpretação das parábolas bíblicas “[...] como uma peça dentro da peça [...]”, fazendo referência ao famoso drama de Shakespeare, especificamente no ato 3, cena 2, no qual o personagem Hamlet tenta desesperadamente desvendar o mistério da morte de seu pai, sendo que o principal suspeito é o seu tio (o rei atual), e assim, por meio de uma encenação Hamlet reconstrói uma cena semelhante ao assassinato do pai, onde o expectador tem a oportunidade de observar a ação em

dois níveis: o drama da cena e o conflito estabelecido entre Hamlet e o suspeito de matar seu pai.

Dessa forma, o pesquisador atribui a mesma situação nas parábolas narradas por Jesus Cristo, ou seja, “[...] a peça está tendo lugar entre Jesus e seu auditório”. Na interpretação dele, o auditório em muitas situações era composto pelos próprios inimigos de Jesus, pessoas que não concordavam com seus ensinamentos.

Vale ressaltar o impulso que o estudo das parábolas obteve no século XX, a partir da obra de Adolf Jülicher, autor que rompeu definitivamente com a interpretação alegórica, e que levou outros autores a considerarem quão necessário é o conhecimento do contexto judaico, para que se tenha uma melhor interpretação das parábolas bíblicas (KUNZ, 2014, p. 26). Assim sendo, Kunz (2014) esclarece as várias abordagens que inflamaram as discussões, tendo destaque a interpretação que demonstrava a situação eclesiástica do ministério de Jesus, e posteriormente, a concepção escatológica. O escritor acrescenta ainda que, em decorrência desses estudos, os hermeneutas desviam as parábolas dos fundamentos históricos e passam a tratá-las como uma “literatura existencial”, negando-lhes qualquer ligação do sentido das parábolas à vida e ministério de Jesus. Contudo, Bailey, na obra *Poet and Peasant* (1976, p. 27) propõe “[...] uma exegese culturalmente orientada [...]”, em que o aspecto histórico deve ser abordado observando o ambiente cultural evidenciado nas parábolas, e, sobretudo, o aspecto estético a partir dos costumes das formas literárias do oriente. Por conseguinte, o escritor diz ter adquirido muito conhecimento sobre interpretação de parábolas quando passou vinte e cinco anos captando informações na cultura do Oriente Médio. Dessa experiência, ele conheceu bem os perigos e complicações, e assim, conseguiu desenvolver um método com quatro ferramentas que se inicia pela discussão dos aspectos culturais da parábola, segue por um exame cuidadoso de vinte e quatro traduções do Novo Testamento em siríaco e árabe com o intuito de saber o entendimento desses cristãos desde o século II ao XX, na terceira ferramenta, o autor sugere fazer paralelos literários na literatura que esteja mais próxima do Novo Testamento, e por fim, ele sugere que de forma bem cuidadosa se observe a estrutura literária de todas as passagens que dizem respeito às parábolas.

A respeito disso, questionamentos sempre são levantados e, para ponderá-los, esse mesmo estudioso diz que se deve considerar que “[...] tradução é sempre interpretação [...]”, ou seja, a interpretação sempre depende da mente do tradutor, e de como se expressa linguisticamente. Jeremias (1986, p. 19), por sua vez, julga também, que a precoce tradução das parábolas para o grego resultou em vários “[...] desvios de sentido [...]”, devido a língua original de Jesus ser o aramaico da Galileia. Para ele, uma retradução para a língua materna contribuiria

para “[...] o seu sentido original”. No entanto, adverte aos que têm conhecimento nessa área que as retraduições não passam de ensaios, e que, apesar disso, devem ser tratadas como ensaios “[...] que se apoiam em bases sólidas” (JEREMIAS, 1986, p. 20).

Isto posto, Jeremias (1986, p. 13) diz que a tarefa principal ainda estaria por fazer, ou seja, “[...] tentar reobter o sentido original das parábolas”. Segundo ele, essa tentativa avançou após a obra de Julicher “A história das formas”, na qual classificou as parábolas em categorias, com a ressalva de que, essa classificação serviu apenas para distinguir o que seria “[...] metáfora, comparação, parábola, semelhança, alegoria, exemplos etc”. Desse modo, na escrita do próprio cientista, essa tentativa foi inoperante e sem efeito, pois de forma indistinta o *machal* tanto o hebraico quanto o aramaico, designavam todas as formas de linguagem, como “[...] parábola, comparação, alegoria, fábula, provérbio, revelação apocalíptica, dito enigmático, pseudônimo [...]”, até mesmo os textos argumentativos.

E assim, quando se verifica o funcionamento da parábola no texto do Novo Testamento e não os seus tipos, Bailey (1995) observa que não se trata de texto ilustrativo, e para fundamentar essa concepção, ele faz referência a Manson (1935, p. 73 *apud* BAILEY, 1995) que, por meio de observações, chega a declarar que as mentes que seguem o padrão ocidental estão adestradas a fazerem argumentações teológicas baseadas em abstrações. Por esse motivo, as ilustrações com temas da vida cotidiana ajudam na divulgação desses argumentos de forma mais acessível, apesar de entender que parábola não se subjaz a essa finalidade. Bailey (1995) ainda esclarece que, a parábola pode ser melhor vista como uma comparação. Para uma melhor compreensão, ele usa o texto de Lc 9,57-58, que diz: “[...] indo eles caminho fora, alguém lhe disse: seguir-te-ei para onde quer que fores”. Segundo o aludido autor, se Jesus tivesse uma mente condizente ao padrão ocidental, poderia responder da seguinte maneira:

[...] é fácil fazer declarações ousadas, mas você precisa considerar seriamente o que lhe custará me seguir. Parece evidente que até agora você não o fez. Preciso dizer-lhe claramente que não lhe posso oferecer salário nem segurança alguma. Se as minhas palavras ainda não estão claras, talvez uma ilustração ajude: por exemplo, eu nem possuo cama onde dormir. No entanto, o autor diz que Jesus responde da seguinte forma: as raposas têm seus covis e as aves do céu, ninhos; mas o filho do homem não tem onde reclinar a cabeça (BAILEY, 1995, p. 13).

Esse escritor esclarece que a tentativa de antever todos os acontecimentos de uma parábola de forma abstrata resultaria em um entendimento distante de sua natureza. Sendo assim, ele considera essencial para se interpretar as parábolas, conhecer seus tipos, seu funcionamento e os diferentes contextos. Para tanto, Bailey (1995, p. 14) considera seis tipos,

de parábolas que podem ser identificadas em diálogo teológico, evento narrativo, história de milagre, coleção topical, poema e sozinha. No tocante à tipologia, esse autor ressalta que em todos os tipos de parábolas, exceto o último, há a necessidade de se verificar o funcionamento de “[...] uma unidade literária maior [...]” para conduzir o conteúdo delas a uma interpretação mais assertiva.

Diante de tantas particularidades, faz-se necessário um direcionamento sobre o conceito de parábolas. Sabe-se que, a partir dos teóricos expostos, a parábola é constituída de narrativas abreviadas, cujos fatos narrados transmitem ensinamentos para formação moral ou espiritual. Objetivando um conceito para o termo, Sant’Anna (2010) fez uma pesquisa nas obras de vários autores da teoria literária, e dentre os conceitos destaca-se o de Kayser (1958 *apud* SANT’ANNA, 2010, 140):

[...] fala-se de parábolas quando todos os elementos de uma acção, exposta ao leitor, se referem, ao mesmo tempo, a outra série de objetos e processos. A clara compreensão da acção do primeiro plano elucidada, por comparação, sobre a maneira de ser da outra. A rigidez na construção duma parábola provém da intenção didáctica. Os exemplos mais conhecidos são as parábolas da Bíblia (“O reino dos céus é como um semeador...”). Como “parábola”, num sentido mais restrito, entende-se uma forma literária que, no todo, contém uma comparação.

Dessarte, alinha-se o significado de parábola a uma linguagem metafórica que corresponde a uma coisa em termo de outra, cuja compreensão é defendida por Lakoff e Johnson (2002, p. 53) com base na sistematicidade metafórica, que acontece quando um aspecto de determinado domínio é realçado ou encoberto em detrimento de outro, como por exemplo, quando em uma situação de discussão, o tratamento entre os debatedores transmite aspectos como se estivessem em pleno combate, denotando uma situação de guerra, ou quando os aspectos cooperativos em meio às discussões são deixados de lado, em detrimento ao valor atribuído ao tempo que se dedica a uma determinada discussão. Ainda na pesquisa de Sant’anna (2010), avulta-se também, o conceito de parábola dado por Moisés (1985 *apud* SANT’ANNA, 2010) que a diferencia de fábula e de apólogo, pois não são raras as comparações entre esses gêneros.

Narrativa curta, não raro identificada como o apólogo e a fábula, em razão da moral explícita ou implícita que encerra e da sua estrutura dramática. Todavia, distingue-se das outras duas formas literárias pelo fato de ser protagonizada por seres humanos. Vizinha da alegoria, a parábola comunica uma lição ética por vias indiretas ou símbolos. Numa prosa altamente metafórica e hermética, veicula-se um saber apenas acessível aos iniciados. Conquanto se possam arrolar exemplos profanos, a parábola semelha exclusiva da Bíblia, onde são encontradas em abundância: o Filho Pródigo, A Ovelha Perdida, O Bom Samaritano, O Lázaro e o Rico etc. (SANT’ANNA, 2010, p. 141).

Diante disso, a parábola pode ser considerada um recurso atrativo, uma vez que a presença de personagens humanos possibilita comparar situações do cotidiano do ouvinte ou leitor por intermédio de histórias que poder gerar um certo desconforto, e até mesmo, um convite para que haja um posicionamento perante ao que está sendo exposto, e dessa forma, difere de uma fábula. Vale ressaltar que não deve ser confundida com alegoria, que era uma figura de retórica originária dos gregos, muito utilizada para significação de um termo para outro. Portanto, a parábola se mostra como um gênero discursivo que fornece uma boa articulação e, consegue de forma singular fazer uma aplicação mais assertiva, já que induz o interlocutor a repensar seus pensamentos e ações (BETTO, 2017, p. 19-20).

De forma bem mais específica, em relação ao objetivo das parábolas de Jesus, Jeremias (1986, p.7) acrescenta que elas espelham de forma bem clara, a missão de Jesus quando pregava a sua mensagem, ou seja, “[...] o cunho escatológico, o apelo à conversão e o conflito com o farisaísmo”. Jeremias (1986, p.17) assegura também, que as parábolas de Jesus, na forma como foram transmitidas, “[...] têm um duplo lugar histórico [...]”, sendo que uma das primeiras formas mencionada, diz respeito à originalidade histórica do local das parábolas, cuja narrativa demonstra muita proximidade da realidade ou situação vivenciada, de uma “[...] forma única e concreta [...]”, dando clara demonstração, de que Jesus gostava de “[...] dados concretos [...]” em seu discurso. A outra forma se refere ao fato de que, antes de serem escritas, as parábolas passaram pela experiência de serem vivenciadas e divulgadas como as palavras de Jesus pelas Igrejas das origens, e, de certa forma, a partir de cada situação em que foram narradas e da visão dessas igrejas, o conteúdo poderia ter um certo “[...] enquadramento [...]”, mas, mesmo assim, diz o intelectual, que “[...] ampliando aqui, alegorizando acolá [...]”, elas sempre partiam da situação como os palestinos viviam para ensinar sobre o Reino por meio da linguagem figurada.

Quanto a essa figuratividade, Jeremias (1986, p. 20-21) nos adverte que no processo de tradução das parábolas para o grego, tanto o “teor verbal” quanto “o material de imagens”, passou inevitavelmente pela realidade helenística. Sendo assim, ele sustenta que, nas parábolas registradas no livro de Lucas encontram-se referências que não se adequam à cultura palestina, a exemplo das técnicas utilizadas na construção, o curso dos processos, o direcionamento dado à agricultura e ao paisagismo.

A questão cultural é levantada por Bailey (1995), quando se trata de uma interpretação completa das parábolas, dado que metaforicamente falando, ele considera que seria “[...] escolher um caminho através de uma floresta de alternativas”. A presunção do estudioso baseia-se no fato de que cada nacionalidade faz suas escolhas de interpretação

conforme sua própria realidade cultural, e quando não há nenhuma opção de apoio às interpretações, recorre-se à cultura padrão do Oriente Médio para que sejam confirmadas as evidências pressupostas. Quanto aos questionamentos no que tange a cultura, Bailey (1995) esclarece com a seguinte ilustração:

[...] os ocidentais leem em Lucas 2:7: “e o deitou numa manjedoura.” e presumem que Jesus nasceu em um estábulo, porque, indubitavelmente, as manjedouras sempre ficam em estábulos. Este julgamento é uma decisão culturalmente condicionada, quer o ocidental o saiba, quer não, [...]. Todavia, o fazendeiro palestino lê o mesmo texto e chega à conclusão de que Jesus nasceu em uma casa particular. No Oriente Médio a casa do camponês é composta de um cômodo que tem um nível mais baixo em uma extremidade, onde são recolhidos de noite o jumento e a vaca da família. A família vive no nível mais alto. Este terraço elevado tem manjedouras feitas no assoalho, na extremidade mais próxima aos animais (BAILEY, 1995, p. 18-19).

Para o escritor, o essencial não é saber o local de nascimento de Jesus, mas o direcionamento que o texto dá para as pessoas, de um determinado tempo e lugar, para os modos de um povo, a forma como reagem, seus valores, como se relacionam e suas expectativas. Observa-se, nesse contexto, uma “[...] rede de comunicações [...]” que objetiva “[...] encontrar significados [...]”, que, segundo o autor, resultarão de questionamentos a respeito da realidade onde ocorreram os fatos narrados, e, assim, evitar procedimentos alheios à dinâmica do texto. Para ele, a interpretação das parábolas sem evidências da época, estaria pautada em prognósticos obscuros.

O trabalho de interpretação de uma parábola é comparado por Fee e Stuart (2011, p. 183) ao de uma interpretação de piada, pois para eles, o sentido de uma piada é demonstrado na resposta imediata do ouvinte quanto à diversão produzida, pois quando o ouvinte a compreende significa que foi capturado pelos “*pontos de referência na piada*”, sem que haja a necessidade de se fazer uma interpretação para que seja entendida e divertida.

Para esses autores, o mesmo acontece diante da tentativa de interpretação das parábolas na atualidade, pois na situação de leitores situados em um contexto totalmente distante daquele em que ocorreram e foram narradas, a captação dos pontos de referência serve para direcionar o raciocínio durante o desenvolvimento da história permitindo uma compreensão tão precisa quanto a dos primeiros ouvintes.

2.2 O percurso etimológico

O termo parábola, etimologicamente, advém do hebraico *mashal*, correspondendo às expressões que, direta ou indiretamente, faziam uma comparação através de ilustrações e, de

acordo com Cerqueira e Torga (2012), significa “ser similar”, “ser como”, que no grego, aparece traduzido como *parabolé*, segundo a versão Septuaginta. Por sua vez, Lockyer (1999, p. 9-10) acrescenta que esse sentido dado ao termo é utilizado para as parábolas do Velho Testamento, onde seu emprego alcança um campo comunicativo bem mais amplo, especificamente, quando se apresenta com a ideia de roupagem figurada, como acontece no discurso figurado de Balaão registrado no livro de Nm 23,7-18; e Nm 24,3-15. Para os textos do Novo de Testamento, esse autor diz que “parábola” é utilizada de forma mais técnica e específica, assume vários significados, especificamente, as “[...] narrativas dos Evangelhos que conhecemos como parábolas de Cristo”.

No que concerne ao processo dinâmico e natural que acontece em qualquer língua, apreende-se que as mudanças ocorrem ao longo do tempo nos vocábulos. O termo parábola não ficou isento dessa dinâmica e, na atualidade, de forma inquestionável é aceito como algo que se compara, ou seja, a aplicação de determinados elementos da realidade servia para que o público estabelecesse o critério da comparação. Nesse seguimento, Sant’Anna (2010, p. 15) sublinha que *pabolé* é um nome derivado de *paraballo*, cuja composição direciona para o entendimento de colocar “*lado a lado com manter ao lado, jogar para*”, devido a significação dada em língua portuguesa para seu prefixo. Assim, essa foi a forma dos gregos conceituarem o termo *parabolé* a uma comparação, uma vez que, colocando-se uma coisa ao lado de outra, faz-se comparações em busca de aspectos comuns ou diferentes. Além dessa compreensão, Sant’Anna (2010, p. 15) citando a obra de *A Greek-English Lexicon*, de Liddel e Scoot (1940) confirma o significado de *paraballo*, procedendo da tradução do termo em inglês para o português, trazendo uma compreensão de algo que é jogado, colocado ao lado, ou comparado a alguma coisa. A novidade para os diversos significados para *paraballo* é o seu sentido para “*throw to one, as fodder to horses*”, que dá a possibilidade de significar algo que se deve “[...] jogar para alguém, dá forragem para alimentar alguém”. Posto isto, mesmo que esse sentido esteja direcionado para algo bem primitivo, e, pelo fato de não ser encontrado outros sentidos que correspondam de forma mais satisfatória, o citado pesquisador corrobora essa indicação de sentido, a mais apropriada para o termo.

Essa visão denota que esse processo dinâmico pelo qual perpassou o vocábulo, confere respaldo para aceitação, uma vez que ao se comparar elementos se faz uma identificação do que parece ser comum ou diferente no processo de comparação entre eles. Mesmo considerada uma compreensão posterior às suas origens, a qual transcorreu desde sua origem histórica, mais precisamente, da retórica, constata-se, nessa direção, o sentido da palavra a um discurso alegórico. Esse mesmo autor, também observa que o termo parábola extrapola a

aplicação linguística e abrange outras áreas de conhecimento, sendo que, para a Matemática corresponde a uma inclinação, à Astronomia tem-se a mesma compreensão aplicada pelos gregos, mas ampliando-se o significado para “[...] reunião e conjunção dos astros [...]”, e abrange também, o campo da Geometria.

Diante da pesquisa feita pelo cientista em busca da significação para o termo parábola, ele chega à conclusão de que o verbo *paraballo* e o substantivo *parabolé* sofreram a ação dinâmica e natural da língua, passando a ter outra conotação do sentido original, pois semanticamente o processo do ato de *lançar comida a cavalo e comparar*, mesmo sendo distintos, culminou no significado de *comparar*, permitindo que se faça uma comparação entre elementos ou uma espécie de confronto.

Sendo assim, essa cognição mais extensa de considerar o termo *parabolé* como uma comparação, diz Sant’Anna (2010) que foi mais fortalecida no período clássico, já que, nesse período, vigorava uma literatura que determinava apenas o estabelecimento de semelhanças entre determinados componentes. Diante de toda uma trajetória para a significação do termo, faz-se necessário ressaltar outras identificações em relação ao estudo de parábolas, especificamente em relação ao reconhecimento de que é um dos gêneros que contribui para enriquecer qualquer situação comunicativa, e sobre isso seguem-se os fundamentos.

2.3 Gênero discursivo

Sabe-se que existe uma classificação a respeito dos gêneros literários cujas categorias dos textos são organizadas a partir da similaridade de suas formas, estruturas e temas de seus conteúdos. Por meio de Faraco (2009), infere-se que, a noção para gênero provém de uma visão mais ampla ao sentido dado à palavra *estirpe*, tendo, portanto, a mesma compreensão dada a um grupo de pessoas que, devido à linhagem, pertencem por consanguinidade à mesma família. Assim, da mesma forma, os textos são caracterizados de acordo com seus respectivos gêneros. Para esse pesquisador, essa foi apenas uma ideia que contribuiu para delinear o conceito, razão pela qual destaca Platão como referência inicial nesse campo de estudo, considerando que

[...] foi o primeiro a falar de gêneros quando, no livro III da República, divide a mimese (isto é, a representação literária da vida) em três modalidades: a lírica, a épica, e a dramática. Aristóteles elaborou, na sequência, dois trabalhos importantes de sistematização dos gêneros: na *Arte retórica*, propôs e estudou três gêneros retóricos (o deliberativo, o judiciário e o epidídico); e, na *Arte poética*, buscou tratar da produção poética em si mesma e de seus diversos gêneros, explorando extensamente as propriedades da tragédia e da epopéia (e, segundo se acredita, da comédia no livro

II, totalmente perdido). Esses dois trabalhos de Aristóteles foram referências durante séculos na discussão dos gêneros (FARACO, 2009, p. 123).

Nesse prisma, a teoria tanto dos gêneros literários quanto retóricos, ao longo dos anos, foram compreendidos apenas como produto de um processo em que a observação atentava somente para as estruturas formais e, de certa forma, eram tomadas como padrão fixo para caracterizá-los. Na dinâmica de reconhecimento do termo, a partir dessa rigidez estrutural, muitos questionamentos foram levantados na tentativa de arrefecer novas concepções que fundamentassem de forma mais ampla uma teoria com estruturas sólidas. A esse respeito, Faraco (2009, p. 124) afirma que o romantismo desestruturou as bases da teoria clássica dos gêneros e consequentemente, causou uma verdadeira crise em relação à temática.

Em face de tantas crises sobre a compreensão de um conceito para o termo, Bakhtin (1997), filósofo russo, surge como uma forte influência sobre o assunto, pois persegue de forma bem produtiva, a ideia de o gênero ser concebido não apenas como uma “[...] categoria definitivamente literária [...]”, mas também, como uma unidade expressiva do literário ou não-literário (RENFREW, 2017, p. 181).

De tal modo, os estudos do filósofo avançam e fundamentam a concepção de que a linguagem é uma “[...] atividade sociointeracional [...]”, e caracteriza o enunciado em uma visão contrária ao tradicionalismo vigente dos estudos linguísticos (FARACO, 2009, p. 124). Renfrew (2017, p. 190) considera que essa é a diferença primordial sobre a conceituação de gênero, pois à medida que se estende essa compreensão para além da literatura, o conceito passa a ser visto como algo indissociável de “[...] todas as esferas da interação discursiva”. Assim, Bakhtin (1997) propõe uma teoria em que o gênero de qualquer obra literária é identificado a princípio pelo fato de ser direcionada ao leitor e “condições definidas de realização e percepção”, e posterior a isso, o conteúdo da obra determina o gênero da obra literária (RENFREW, 2017, p. 182).

Justifica-se, dessa forma, a variedade de gêneros que diferem entre si, quer seja literário ou não-literário, e que, conforme a realidade concreta e particular em que foram produzidos valida uma determinada situação discursiva. Reitera-se então, a ideia de Voloshinov para “discurso vivo”, que para ele, é tão presente na “avaliação social” (RENFREW, 2017, p. 190). Isso tudo denota a aceção primária de Bakhtin para a proposta de sua teoria quando afirma que:

[...] o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo, (temático), e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos

(conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente, é claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua, elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos de *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Partindo dessa denominação de gêneros do discurso e considerando sua heterogeneidade, busca-se caracterizar a parábola como um gênero, entendendo a que utilização desse recurso reflete uma determinada condição de um grupo social e que, dentro de uma estabilidade de construção dos enunciados possui características, que Sant’Anna (2010) considera apropriadas para a proposta de ensino dos valores morais, éticos e/ou religiosos.

Apesar desse pesquisador considerar que há poucas obras, principalmente no Brasil, que abordem os aspectos teóricos sobre o estudo de parábola, Meurer Bonni e Motta-Roth (2015 *apud* SILVA, 2015, p. 38) asseguram que a variedade de abordagens sobre a temática tem se ampliado no universo acadêmico, dado que o interesse por esse estudo não está concentrado apenas na esfera linguística, mas também entre críticos “[...] literários, retóricos, sociólogos, cientistas cognitivistas, publicitários, jornalistas, especialistas em comunicação empresarial, dentre outros”.

Gonçalves (2006, p. 203), questiona em sua tese sobre uma classificação que identifique a parábola em um determinado gênero. Para ele, o mais importante é o foco dado às parábolas e não o tratamento dado a um sistema de categorização que as identifiquem entre os gêneros didáticos, políticos, literários ou religiosos.

Em busca de respostas, esse estudioso embasa-se em vários autores cujas concepções incluíam a parábola entre os gêneros didático, político, literário e religioso. Para ele, todas as formas como cada autor se referem ao gênero são, de certa forma, aceitas, não só porque cada uma delas tem foco diferenciado, mas também porque sempre se deve levar em crédito o quadro enunciativo no qual se dá a situação discursiva. Sendo assim, Gonçalves (2006, p. 204-205) afirma que dependendo da situação em que os gêneros são utilizados e produzidos, pode-se identificá-lo como pertencente a vários tipos de discursos. À vista disso a parábola pode servir como exemplo de discurso literário, político, pedagógico, no entanto para esse autor, é no discurso religioso que esse gênero ganha mais credibilidade devido ao contexto em que foram utilizadas por Jesus Cristo em todo o processo comunicativo com seus ouvintes. Em relação à discussão de um determinado gênero discursivo ser utilizado em diversos tipos de discurso, Sant’Anna lembra Lopes (1999, p.70) quando menciona como exemplo as “Confissões de Santo Agostinho”, que no século V a. C., que pertenciam apenas à ordem

literária do mundo religioso dos romanos, todavia com o passar dos tempos integrou-se à seriação literária dos europeus.

Diante da transitividade de um gênero, reforça-se a teoria de Bakhtin, que compreende a linguagem como uma forma de interação presente em todas as atividades do ser humano. Seu uso apresenta-se multiforme em cada campo e, através do gênero discursivo, em um espaço colaborativo, essa interação suscita a construção dos participantes dentro de um evento discursivo. Para ele, é na usabilidade da língua que os enunciados, tanto orais quanto escritos, são efetivados, e isso lhe permite reconhecer que as diversas e inesgotáveis formas de atuação comunicativa do ser humano passam por um tipo de gênero de discurso que se amplia, em conformidade ao desenvolvimento de cada campo social (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Levando em conta a diversidade de gêneros discursivos e as consequentes modificações que perpassam por cada período histórico de uma sociedade, Bakhtin (1997, p. 280) classifica os gêneros em primários e secundários, em razão de não ser suficiente organizá-los em um único plano. Essa diferenciação propicia que o gênero não se restrinja aos limites da literatura, mas possibilita que seja explicitado de forma simultânea e significativa “[...] em todas as esferas da interação discursiva” (RENFREW, 2017, p. 190). Nesse direcionamento, Pereira (1997, p. 281 *apud* RENFREW, 2017, p. 190) compreende que esse cuidado em estabelecer uma distinção entre os gêneros, possibilitou a correção de um equívoco que direcionou o estudo linguístico do enunciado de forma generalizada. Esse equívoco dos formalistas russos foi destacado por Renfrew (2017, p. 182) como uma abordagem “leviana”, pelo fato de não considerarem os diferentes dispositivos em que uma obra ou enunciado são produzidos e a quem se destina.

Esse cientista destaca ainda, o problema de uma única estrutura conceitual e metodológica que define as produções verbais entre literário e não-literário, e que levou a teoria bakhtiniana não apenas refutar, mas também propor uma mediação para resolver essa questão que apenas distingue um tipo de discurso do outro sem que haja um rompimento com “[...] as fronteiras invencíveis entre eles” (RENFREW, 2017, p. 190). É assim que, novos fundamentos para a conceituação de gêneros de discurso são solidificados considerando que os gêneros discursivos simples ou primários abrange “[...] o discurso doméstico ou a instrução militar [...]”, enquanto romance, peça teatral, teses, artigos e gêneros publicitários são classificados como gêneros complexos ou secundários, e assim se percebe que essa diferença vai além de uma identificação que restringe um discurso a uma obra literária e não literária (RENFREW, 2017, p. 191).

Dando atenção a essa diferenciação, os discursos orais estão na categoria de textos primários, e as parábolas bíblicas, por insurgirem num contexto discursivo espontâneo, cuja oralidade constitui sua marca mais evidente, alinham-se a essa classificação norteadas por Bakhtin na obra “A Estética da criação verbal” (1997), ressaltando que no gênero discursivo primário, aquela conversa informal que acontece na roda de amigos ou no seio familiar, bem como, em várias interações informais do cotidiano, podem ser identificadas as marcas da classificação de gênero de fala.

Em subsequência, vale ressaltar que há um processo na construção dos gêneros primários para secundários, no qual ocorre uma transmutação entre eles, ou seja, uma fala produzida em circunstâncias informais identificável como gênero primário, pode ser inserida na realidade de enunciados que pertencem ao gênero secundário, sem que, com isso, perca sua forma originária, por exemplo,

[...] inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance em seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado secundário (complexo) (BAKHTIN, 1997, p. 281).

Para esse escritor, ter esse discernimento constitui-se em “importância capital”, considerando que ao se lidar com enunciados concretos se demonstra, de forma mais específica, a relação deles com as diversas esferas da atividade humana. A esse respeito, Maingueneau (2007a) considera que há uma reciprocidade na relação dos tipos de gêneros de discurso, pois para ele, todo tipo de discurso está agrupado em gêneros, e cada gênero só pode ser definido como tal por pertencer a um tipo de discurso. Dessa forma, corrobora com Bakhtin (1997), quando considera que os tipos de discurso são heterogêneos e que devem ser tratados a partir de um “agrupamento de gêneros”, assim, dependendo do tipo de discurso e a “lógica do co-pertencimento” a alguma instituição ou a “lógica da dependência” relativo a uma posição, um discurso proferido em um ambiente hospitalar difere do discurso onde predomina ideias comunistas (MAINGUENEAU, 2007a, p. 30). É dessa forma que Maingueneau (2007a, p. 31-33) reconhece que quando se trata de tipos de discursos, há de se levar em consideração que cada um deles refere-se a um determinado setor da sociedade. Para esse pensador, as pessoas que trabalham com Análise de Discurso deparam-se com unidades de análise denominadas por ele de unidades tópicas e não-tópicas. As unidades tópicas dizem respeito aos discursos que abarcam um número considerável de gêneros de discursos como os discursos administrativos,

publicitários e outros que se subdividem pelo fato de se referirem a todos os tipos de discursos de uma determinada área da sociedade. Os não-tópicos são aqueles que não se limitam a uma fronteira pré-estabelecida, são mais atraentes aos pesquisadores pela abertura em relação à “atividade hermenêutica”, pois possibilita trabalhar com *corpus* de várias áreas sem a necessidade de que sejam extraídos em sua totalidade, podendo ser uma palavra, ou grupo de palavras, seja uma frase ou fragmentos, no entanto, deve-se ter o cuidado de que sejam trabalhados em âmbito discursivo. Maingueneau (2007a, p. 33) compreende que, a palavra ou agregado delas é o que movimenta a sociedade, e embora sejam ditas em momentos de difusão, mesmo assim, no atravessamento dos mais diversos tipos de espaços discursivos, é necessário aceitar a “[...] instabilidade de uma disciplina que é habitada por uma falha constitutiva”.

Nesse sentido, se reafirma com os postulados de Bakhtin sobre os gêneros do discurso que nos permite compreender que, toda e qualquer forma de atividade comunicativa do ser humano passa por uma das formas de gênero. A partir dessa perspectiva, se vislumbra uma identificação das parábolas como gênero discursivo devido a sua instrumentalidade de mediar a situação comunicativa entre os sujeitos envolvidos. Gonçalves (2006, p. 205) considera que o discurso de Jesus Cristo por ser organizado a partir de parábolas, se adequa ao posicionamento dado por Bakhtin (1997) para os gêneros de discursos devido ao conteúdo, tema e forma evidenciados na narrativa, já que se percebe um constante estabelecimento de trocas verbais, e assim o modo como o discurso é estabelecido na interação evidencia a imagem que o orador tem de seu ouvinte, e assim é que esse estilo utilizado para ensinar pode proporcionar o efeito favorável ao propósito pretendido pelo orador.

3 METÁFORA E ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo, concentram-se os fundamentos basilares desta pesquisa. *A priori*, aborda-se a metáfora a partir de sua trajetória inicial, entre os gregos, e as diversas evoluções de estudos que vêm contribuindo para o fortalecimento dessa manifestação linguística tão presente no cotidiano do ser humano. A argumentação é abordada a partir da concepção de que em toda situação discursiva, há um direcionamento dado para se convencer um determinado auditório e, conseqüentemente, a exploração da linguagem figurada pode ser um exitoso estímulo à capacidade criativa de imagens que se formam na mente em todo o processo discursivo.

3.1 Visão tradicional da metáfora

Na compreensão do significado da palavra metáfora, por muito tempo prevaleceu a ideia de uma figura de ornamento para a linguagem cuja utilização contemplava apenas um grupo privilegiado e bem restrito de intelectuais. Para atender ao propósito significativo do termo, voltamo-nos à origem da palavra, conforme informa Carneiro (2014, p. 66):

[...] com origem na palavra grega ‘*metapherein*’ (‘*meta*’= ‘mudança’ e ‘*pherein*’= ‘carregar’), cujo significado é ‘transporte’ ou ‘transferência’, a metáfora é, na visão tradicional, considerada como um recurso figurativo da linguagem, que tem como objetivo ornamentá-la. Lembramos que o estudo mais antigo da metáfora de que se tem registro vem da Grécia Antiga, com Aristóteles, no século IV a.C. (grifo nosso).

Na perspectiva aristotélica, a recursividade da metáfora acontecia apenas por meio da linguagem poética e retórica, concepção que perdurou cerca de milênios. Apresentava-se, portanto, uma linguagem que se enquadrava apenas em seu sentido literal e não admitia similaridade com outros elementos, ou seja, o entendimento era amparado na ideia de emprego de um termo em lugar de outro. Para melhor compreensão, o filósofo usa alguns exemplos que explicam esse transporte de uma espécie para outro, em sua visão de metáfora.

Transporte de gênero para a espécie é o que se dá, por exemplo, na proposição “aqui minha nave se deteve”, pois o “estar ancorado” é uma espécie do gênero “deter-se”. transporte da espécie para o gênero, na proposição “na verdade, milhares e milhares de gloriosos feitos Ulisses levou a cabo”, porque “milhares e milhares” está por “muitos”, e o poeta se serve destes termos específicos, em lugar do genérico “muitos”. “tendo-lhe esgotado a vida com seu bronze” e “cortando com o duro bronze” são exemplos de transporte de espécie para espécie. no primeiro, o poeta usou, em lugar de “cortar”, “esgotar”, e no segundo, em lugar de “esgotar”, “cortar”; mas ambas as palavras especificam o “tirar a vida” (ARISTÓTELES, 1991, p. 273).

Sobre essa teoria tradicional, Lima (2003 *apud* CARNEIRO, 2014, p. 68) destaca que a vê como problema tanto em âmbito psicológico quanto filosófico, pelo fato de limitar o papel da metáfora ao uso limitado e intransponível na comunicação.

Essa visão é também discutida por Kövecses (2002, p. 8 *apud* CARNEIRO, 2014, p. 68) quando afirma que metaforicamente uma palavra era usada objetivando um “[...] certo efeito artístico ou retórico [...]”, isto é, apenas impressionava aos ouvintes, devido ao requinte externado na comunicação. Dessa maneira, na descrição linguística, as metáforas foram vistas a partir dessa concepção limitada de expressão. Todavia, com abrangência e desenvolvimento evolutivo dos estudos sobre esse recurso, a visão é ampliada e diversifica o conceito de metáforas. Sendo assim, o estudo das metáforas se consolida como uma descrição linguística nas diversas interpretações.

3.2 A Teoria da Metáfora Conceptual

Contrapondo a visão objetiva a respeito da metáfora, surgem na década de 1970 novos estudos que alavancam uma mudança significativa. Lakoff e Johnson publicam “*Metaphors we live by*” (1980), obra que representou uma quebra de paradigma no que concerne à concepção aristotélica de metáfora. Lakoff e Johnson entenderam que não seria mais possível conceber a ideia que predominava no entendimento da maioria das pessoas sobre metáfora tradicional, pois por meio de exemplos de expressões linguísticas constataram que a metáfora não era um simples ornamento linguístico, contudo, ela faz parte do cotidiano das pessoas, tanto nos pensamentos quanto nas ações, já que, o sistema conceptual é “[...] fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45).

Partindo dessa compreensão e disseminação da teoria, as expressões linguísticas são vistas como um reflexo de conceitos metafóricos que inconscientemente, as pessoas denotam em sua forma de pensar e agir dando uma clara demonstração de que tais conceitos não são meras questões do intelecto. As comprovações dos teóricos sustentam que inconscientemente produzimos ou utilizamos conceitos relativos às operações mentais que são processados de forma automática, e que somente por meio da linguagem todo esse sistema conceptual é evidenciado quando nos comunicamos (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 46).

Com uma nova teoria formulada e reconhecida por seu valor cognitivo e com status epistemológico, os autores fundamentam e estruturam a ciência cognitiva. Dessa forma, a Teoria da Metáfora Conceptual inicia todo o processo de sustentação nas bases da Linguística Cognitiva, que, como dito anteriormente, com a publicação de “*Metaphors we live by*” (1980),

cuja tradução para o português brasileiro, em 2002, como “Metáfora da vida cotidiana”, conduz os estudos sobre a metáfora em vários campos de conhecimento. Assim, como leciona Carneiro (2014, p. 74), contestando as ideias que prevaleciam até então, “[...] reformulando conceitos e quebrando paradigmas [...]”, a nova teoria discorre sobre metáfora como uma essencialidade do pensamento e não apenas como “[...] uma figura da linguagem, um fenômeno exclusivamente linguístico [...]”, pois ela revela o relacionamento do ser humano com o seu mundo, desde sua percepção, compreensão independente da realidade sociocultural.

Essa compreensão reflete o que os autores apresentam na obra, por meio de exemplos que ajudam na comprovação dos fundamentos da teoria. Eles usam expressões linguísticas cujo conceito evidenciam a presença de metáfora conceptual na organização do pensamento humano. Por conseguinte, quando se atribui à palavra discussão, manifestações e atitudes similares às de alguém que enfrenta uma disputa com perdas e ganhos ou alguém que considera o outro um adversário, entende-se que, licenciando o conceito de “DISCUSSÃO” subjaz a metáfora conceptual “DISCUSSÃO É GUERRA”. Assim, eles exemplificam:

[...] seus argumentos são indefensáveis (*Your claims are indefensible*).
 Ele atacou todos os pontos fracos da minha argumentação (*He attacked every weak point in my argument*).
 Suas críticas foram direto ao alvo (*His criticisms were right on target*).
 Destruí sua argumentação (*I demolished his argument*) (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 46, grifo nosso).

Semelhantemente, a metáfora “tempo é dinheiro”, quando, em situações cotidianas, licencia expressões linguísticas em manifestações que tratam o dinheiro como recurso limitado, “[...] como se o tempo fosse um bem valioso” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 51). Essa ideia foi constatada assim:

[...] você está desperdiçando meu tempo. Você está me fazendo perder tempo (*You are wasting my time*).
 Tenho investido muito tempo nela (*I’ve invested a lot of time in her*).
 Eu não tenho tempo para perder com isso (*I don’t have enough time to spare with this*).
 Tenho investido muito tempo nela (*I’ve invested a lot of time in her*).
 Seu tempo está se esgotando (*You’re running out of time*) (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 50, grifo nosso).

Os teóricos observaram que, de forma natural e inconsciente, o sistema linguístico recorre aos conceitos metafóricos e, desse modo, podem ser lidos os exemplos anteriores.

Essa nova visão proposta pelos teóricos ampliou os estudos da linguística e, de certa forma, direcionou-os para o reconhecimento da existência do sistema conceptual, assim como, dos processos mentais e seu papel fundamental nos processos cognitivos. Essa

perspectiva tornou-se uma realidade devido à proximidade entre linguística e cognição que demorou muito tempo para acontecer, visto que, nas palavras de Simão (2015, p. 73), para a ciência da linguagem, toda essa mudança faz parte de uma realidade ainda recente, sendo que, a motivação que antecedeu esse afastamento se deu pela compreensão de que o sistema conceptual seria apenas para ser observado e também, pela dificuldade de estudos teóricos mais solidificados em relação ao estudo da linguagem.

A atenção ao tratamento cognitivo, segundo o pensador, instigou o surgimento de teorias voltadas para essa percepção, sem deixar de reconhecer a valiosa contribuição dos estudos de Lakoff e Johnson (2002). Considerando abrangência de tendências investigativas, Carneiro (2014) destaca as diversas áreas que vários teóricos direcionam suas linhas de pesquisas, a saber:

[...] a teoria dos protótipos, com os trabalhos de Rosch (1975), Geeraerts (1988a, 1988b, 1989, 1992, 1995, 1997), Taylor (1989), e Kleiber (1990); a semântica cognitiva, com os de Fauconnier (1984), Fillmore (1985), Lakoff (1987), Langacker (1987, 1991b), Talmy (2000); a teoria da metáfora, com os estudos de Lakoff e Johnson (1980, 1999), Johnson (1981), Lakoff (1987, 1990, 1993); a gramática cognitiva, com os de Langacker (1987, 1991a, 1991b); a gramática das construções, com as investigações de Fillmore, Kay e O'Connor (1988) e Goldberg (1995); e, por fim, a teoria da gramaticalização, com os trabalhos de Hopper e Thompson (1985), Hopper (1987), Sweetser (1990) e Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) (CARNEIRO, 2014, p. 73).

Diante de tantas vertentes, os estudos da linguagem em uso destacam-se, assim como as noções de frames ou enquadres e de categorização, e experencialismo, que tem bases constituídas na compreensão de que o conhecimento é vinculado à experiência humana com o mundo. Sobre alguns aspectos destes estudos trataremos ainda neste capítulo.

Vale realçar o cuidado dos autores Lakoff e Johnson (2002) com a apresentação de diversas exemplificações para fundamentar com mais precisão suas afirmações. Os exemplos são sempre seguidos de uma metáfora com suas respectivas expressões comuns, tal como escrito a seguir:

[...] TEORIAS (E ARGUMENTOS) SÃO CONSTRUÇÕES: Esse é o alicerce de sua teoria? A teoria precisa de mais sustentação; O argumento é frágil. IDEIAS SÃO ALIMENTO: O que ele disse deixou em minha boca um gosto ruim. Simplesmente não consigo engolir essa afirmação. VIDA É UM RECIPIENTE: Tive uma vida cheia. A vida é vazia para ele. Tire o máximo da vida (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 107-108, grifo do autor).

Percebe-se, claramente, o que esses teóricos afirmam sobre uma estrutura metafórica que determina, de forma parcial, os conceitos que temos sobre as coisas, e como esses se refletem em nossa linguagem de maneira ordinária e inconsciente, assim, eles

asseveram que quando se diz “*Tudo está contra nós*” ou “*Temos que aproveitar*”, o entendimento é de que não se trata de uma linguagem metafórica, pois se refere a uma linguagem normalmente utilizada no cotidiano, no entanto a experiência vivenciada e o modo de falar denotam uma estrutura metafórica (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 119).

Nessa perspectiva, Carneiro (2014, p. 74) enfatiza que, desses fundamentos teóricos, a metáfora é reconhecida democraticamente por todos como uma forma de expressão linguística que contribui para o relacionamento que se estabelece entre os membros de qualquer comunidade e, conseqüentemente, com o mundo que a cerca. À vista disso, a metáfora:

[...] deixa de ser meramente uma figura de linguagem, um recurso da retórica para se inserir no âmbito da cognição. A metáfora não é propriedade dos poetas. Usamos expressões metafóricas na linguagem corriqueira e o fazemos grandemente, argumentam os autores, não por algum tipo de decisão consciente, mas porque tais expressões são licenciadas por mapeamentos cognitivos entre domínio fonte e alvo (i.e., as metáforas, propriamente ditas) que nos permitem e são, muitas vezes, o único modo que temos para compreender e fazer sentido do mundo (MACEDO, 2006, p. 23 *apud* CARNEIRO, 2014, p.75).

Os domínios acima citados referem-se às formalidades da Teoria da Metáfora Conceptual e são constituídos para identificar os domínios conceptuais e as projeções entre eles que acontecem por meio de mapeamentos. Em suas investigações, Lakoff e Johnson (2002) entenderam que os domínios andam em pares, ou seja, o domínio-fonte serve de base para mapear a existência de uma metáfora, enquanto o domínio-alvo pode ser apreendido a partir do esquema conceptual básico oferecido por parte dos traços do domínio-fonte. Desse modo, o domínio-fonte deve sempre estar relacionado a uma experiência básica ou sugestiva ao corpo, diferenciando-se dessa forma, do domínio-alvo (ALMEIDA *et al.*, 2010, s/p).

Com base na Teoria da Metáfora Conceptual, Lakoff e Johnson, para demonstrar a presença dos domínios, utilizam o exemplo “*João entrou em/ está em/ saiu da depressão*”, assim, confirma-se que um deles refere-se, de forma específica, a um lugar físico, envolve uma experiência corporal, portanto, domínio-fonte, enquanto o outro, apreendido a partir do esquema conceptual oferecido, diz respeito ao domínio-alvo, refere-se a um estado (depressão). Desse jeito, eles confirmam que, para compreendermos noções abstratas é necessário apreender conceitos concretos, sendo que a metáfora conceptual serve como ponte entre esses dois domínios. Em outras palavras, Ferrari (2018, p. 92) explica que tudo que envolve a esfera física e parcialmente concreta, diz respeito ao domínio-fonte, e as esferas abstratas referem-se ao domínio-alvo. Portanto, nos seguintes exemplos “*Ele tem alta reputação na empresa*”; e “*Ele despontou como o ator revelação este ano*”; e ainda “*João tem um cargo relativamente baixo*”, demonstram que o domínio-fonte aponta a experiência em

âmbito físico, o espaço, enquanto o domínio-alvo faz referência ao posicionamento social, o status.

Nesse novo paradigma, vê-se a metáfora passar pelo reconhecimento cognitivo diante das demais ciências. A partir do rompimento com os fundamentos objetivistas, a visão sobre o acesso ao conhecimento real do mundo passa por uma nova orientação, a cognição é uma consequência de toda uma construção da mente e leva-se em consideração a percepção, a memória e a interação social. Para estabelecer as diferenças entre a perspectiva tradicional da metáfora e a Teoria da Metáfora Conceptual, Almeida *et al.* (2010) destacam os pontos a serem considerados:

[...] em primeiro lugar, a tradição tende a enxergar a metáfora como um recurso expressivo reservado apenas a textos especiais, sobretudo os literários. [...]. Para a LC, a metáfora está largamente difundida na linguagem ordinária, marcando presença em usos tão poucos comoventes [...]. O segundo ponto é ainda mais importante. A perspectiva tradicional enxerga a metáfora como recurso linguístico – ou, para falar nos seus próprios termos, uma figura de linguagem. Por sua vez, a hipótese cognitivista sustenta que a metáfora é, antes de tudo, propriedade do pensamento. [...] trata-se do processo cognitivo por meio do qual podemos comparar dois domínios e conceptualizar um deles a partir do outro. [...]. O terceiro ponto decorre dos dois primeiros [...]. Para a LC, a metáfora desempenha um papel central no sistema conceptual humano: sua função é permitir ao falante/ouvinte conceber e exprimir ideias abstratas (ALMEIDA *et al.*, 2010, s/p).

A intelecção de que o conceito de um domínio é parcialmente compreendido em termo de outro, é um dos sustentáculos cruciais da teoria, logo, Lakoff e Johnson (2002, p. 127) levantam a questão de algum conceito ser depreendido sem o auxílio do processo metafórico. Para tanto, eles explicam que os conceitos espaciais simples são os primeiros a serem entendidos no processo de experiência espacial. Confere-se esse fundamento nas experiências corporais que denotam o conceito “PARA CIMA”, o qual constata que grande parte de nossos movimentos corporais levam em conta “um programa motor que muda nossa orientação”, sendo que, toda movimentação humana é centralizada sob a orientação “para cima-para baixo”. Consequentemente, um conceito orientacional que não se baseia no termo em si, mas insurge de todas as funções desenvolvidas por nosso corpo e que resultam da experiência espacial com o ambiente que estamos inseridos.

De acordo com esses cientistas, existem outros quadros, tais como as coordenadas cartesianas, que não sustentam essa orientação espacial “[...] PARA CIMA-PARA BAIXO [...]”, no entanto, eles asseguram que, para a orientação humana, deve-se levar em crédito os seguintes conceitos: “[...] PARA CIMA-PARA BAIXO, FRENTE-ATRÁS, DENTRO-FORA, PERTO-LONGE etc” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 128). Esses, formulados a partir da experiência espacial humana são denominados de *metáforas orientacionais*, e, dessa

compreensão, exemplifica FELIZ É PARA CIMA, na seguinte expressão linguística metafórica: “*Estou me sentindo para cima hoje (I’m feeling up)*”, onde Lakoff e Johnson (2002, p. 60) observam que essas orientações não acontecem de forma arbitrária, uma vez que se baseiam tanto na experiência física quanto cultural.

Seguindo a classificação das metáforas com base na teoria de Lakoff e Johnson (2002), além das metáforas acima apresentadas, existem as *estruturais e ontológicas*. Essas esteiam-se em experiências com objetos e substâncias como uma forma de apreender determinados fenômenos: “[...] eventos, atividades, emoções, ideias [...]”, e faz-se alusão a eles com características que não lhe são próprias, em uma tentativa de “[...] raciocinar sobre eles [...]”. De tal modo, vê-se nas expressões abaixo como elas são desenvolvidas culturalmente em referência à metáfora MENTE É UMA ENTIDADE:

MENTE É UMA MÁQUINA
Ainda estamos remoendo a solução para essa equação.
A minha mente simplesmente não está funcionando hoje.
MENTE É UM OBJETO QUEBRADIÇO
A experiência o despedaçou.
A sua mente pifou (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 75-79).

Quanto às *estruturais*, reportam-se a um conceito que, de forma detalhada e estruturada, formulam outros conceitos, “[...] em correlações sistemáticas encontradas em nossas experiências” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 134). Uma das metáforas que elucida bem essa classificação, foi mencionada anteriormente, no início deste tópico, para compreensão de que quando se refere a uma discussão como se fosse uma guerra, conceptualiza-se o ato de discutir nos termos de um conflito físico. Nesse caso, não importa o ambiente, a maneira como se demonstra a experiência denota efetivamente a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Nesse sentido, há outros exemplos além dos citados, de situações em que uma metáfora que fala de amor, pode estar se referindo a uma viagem. Esse é o caso nos seguintes exemplos: “assim, nosso relacionamento não vai a lugar algum”; “com tanto amor, seguiremos juntos até o fim”; “nosso relacionamento chegou a uma encruzilhada, creio que devemos seguir caminhos diferentes” (CARNEIRO, 2014, p. 82).

Diante do exposto, fica comprovado que as bases epistemológicas da teoria formalizadas por Lakoff e Johnson (2002) vêm contribuindo para a compreensão do emprego da metáfora como uma figura de pensamento, e a partir de desdobramentos dos processos cognitivos novos domínios são permitidos e formulados para a compreensão desses fenômenos. Vereza (2013) reconhece que essa nova abordagem cooperou de forma significativa para a “virada cognitiva,” que resultou na Teoria da Metáfora Conceptual. Nessa ótica, Silva (2004

apud CHIAVEGATTO, 2009, p. 83), reflexiona que os trabalhos baseados nesses princípios tratam a linguagem observando seus aspectos mais importantes quando se considera que o significado é enciclopédico e perspectivista, pois é o organizador do conhecimento que se tem do mundo, é experencialista porque as pessoas interagem e vivenciam suas experiências em situações concretas de uso, e é categorizado a partir do compartilhamento de experiências que são interpretadas conforme a realidade projetada.

Observando esse tratamento, várias vertentes da Linguística Cognitiva buscaram o desenvolvimento de conceitos, tendo em vista os processos cognitivos para o significado, de sorte que as estruturas de conhecimento operam expressões linguísticas de experiências compartilhadas. Alguns autores se destacaram nessa construção e disseminação de fundamentos, sendo que Ferrari (2018, p. 49) nomeia Langacker como o autor que trata a noção de *domínio* como um conjunto de estruturas mentais que parcialmente se armazenam na memória, considerando sempre o contexto para caracterizar a unidade semântica. Cita também Charles Fillmore, que aborda a semântica de *frames*, sendo estes entendidos como um agrupamento de conhecimentos que se armazenam na mente em decorrência das experiências vividas ao longo da vida. Kövecses é consignado por Vereza (2013) por estudar a metáfora a partir da experiência corpórea em âmbito cultural.

Em contrapartida, críticos apontam dificuldades em aceitar a Teoria da Metáfora Conceptual. Uma das críticas é levantada por Leezenberg (2013), em “Da linguística cognitiva à ciência social: 30 anos após Metáforas da Vida Cotidiana”, em que questiona os processos cognitivos que inter cruzam cognição e linguagem, estritamente sobre os fatores culturais e sociais. Para ele, o conceito de cultura apresentado em “*Metaphors we live by*” é apenas uma presunção, não se explica e nem considera a variedade cultural existente em todo o mundo. Dessarte, o escritor reforça a discussão, lembrando que o conceito desenvolvido é “[...] surpreendentemente recente [...]”, visto que, desde 1800, a Linguística Cognitiva assumiu um conceito que, para ele, “[...] parece ser totalmente romântico e comunitário”.

Em relação às críticas, Vereza (2013) faz uma glosa pertinente quanto ao grande número de pesquisadores tentando cancelar as expressões linguísticas citadas por Lakoff e Johnson (2002) como exemplos verídicos de metáforas conceptuais, e sobre isso, cita Deigman (2005 *apud* VEREZA, 2013, p. 3), quando afirma que essas expressões linguísticas tratam apenas de exemplos “inventados”. No entanto, Vereza (2013) não vê inadequação nos exemplos, já que todos advêm da própria realidade linguística dos cientistas cognitivistas, e, por sua vez, asseguram legitimidade. Isto posto, os exemplos não são criações fantasiosas como parece expressar o termo “inventados”.

Quanto à primeira crítica aqui pontuada, Vereza (2013. p. 4) analisa que o estudo da metáfora conceptual no tocante à “[...] interdependência com a cultura [...]”, instrumentaliza a compreensão dos “MCIs – Modelos Cognitivos Idealizados” de Lakoff (1987), os quais são “estruturantes de cenas culturais”. Ferrari (2018) expressa que, apesar de a noção dos MCI equivalha aos conhecimentos armazenados na memória, essa noção pode ser “mais complexa e organizada” que a de frames. Por isso, ela demonstra os princípios estabelecidos por Lakoff, os quais estruturam os MCI’S:

(a). Estrutura proposicional [...]. a expressão *terça-feira*, por exemplo, só pode ser definida em relação a um modelo idealizado que inclui o ciclo natural [...]; o modo tradicional de caracterizar o fim de um dia e o início de outro [...] é idealizado, porque a semana de sete dias não existe objetivamente na natureza. Trata-se de uma criação humana e, na verdade, nem todas as culturas têm os mesmos tipos de semana. (b) Esquemas imagéticos [...] Nossa experiência do ESPAÇO é estruturada, em grande parte, com base nos esquemas imagéticos de CONTÊINER, PARTE-TODO, FRENTE-TRÁS, CIMA-BAIXO, ORIGEM-TRAJETO-DESTINO etc. (c) Metafóricos e metonímicos [...]. nos moldes propostos por Lakoff e Johnson (1980). Por exemplo, o MCI de TEMPO costuma ser metaforicamente estruturado em termos de ESPAÇO, como ilustrado na sentença *As horas passam voando* (FERRARI, 2018, p. 53-54, grifo do autor).

Vereza (2013) ainda avulta que, a compreensão dessa estrutura colocaria a metáfora sob a ótica sociocognitiva, ou seja, ela estaria em âmbito do “[...] sistema conceptual socialmente compartilhado [...]”, e dessa forma, organiza toda a experiência discursiva.

A Teoria da Metáfora Conceptual despertou e ainda desperta o interesse de muitos pesquisadores, tendo em vista a ideia de as estruturas mentais constituírem o significado e a cognição que resultam da experiência corpórea. Porém, das críticas centralizadas na teoria, insurge outra, com novos olhares para a negligência da metáfora em uso, a qual, busca conciliar os efeitos argumentativos da metáfora na perspectiva cognitivo-discursiva, e que será discutido no próximo ponto.

3.3 A metáfora na linguagem em uso

Para adentrarmos neste tópico, faz-se necessário destacar a importância da Linguística Cognitiva, que ao final do século XX, surge descrevendo o funcionamento da língua em seus diferentes contextos comunicativos por adotar uma concepção não modular e tratar a linguagem como uma construção de conhecimento (MARTINS, 2016, p. 271). A Linguística Cognitiva se diferencia das demais ciências cognitivistas (Psicologia Cognitiva, Neurociência, Inteligência Artificial, Antropologia, Filosofia etc.), pela visão única em relação à linguagem como um dos mediadores do conhecimento, especificamente, pelo reconhecimento de que a

interação social se dá pelas “estruturas mentais” (SILVA, 1997, p. 63-64). Esse mesmo pesquisador, lembra que a Linguística Cognitiva, por interagir com “outros sistemas cognitivos (percepção, atenção memória, raciocínio, etc.)”, desenvolve a interdisciplinaridade que viabiliza extrair das demais ciências cognitivas a forma como cada uma descreve a linguagem, e assim, os rudimentos para cognição humana são estabelecidos com a contribuição teórica de várias escolas. Por sua vez, Gondim (2012, p. 24), baseando-se em Gibbs, versa que a Linguística Cognitiva determina com muito rigor o estudo da cognição a partir do contexto sociointeracional em que prevalece “agente-ambiente”, assim como a “atividade sensório-motora”, e dessa forma, os processos cognitivos se fundamentam tendo a “experiência corporificada” como interventor, considerando-se atentamente o estudo da língua em uso.

Nesse ponto de vista, Ferrari (2018, p. 49) discorre que para a Linguística Cognitiva, significado e conhecimento estão atrelados à cognição humana, que através do processo interativo, a linguagem, de forma inconsciente, denota conceitos e estruturas do pensamento, em outras palavras, a construção de significados é uma consequência de tudo que estruturou o conhecimento e que foram armazenados na memória e, é dessa forma, que a interpretação sempre requer mais informação do que uma codificação linguística.

Deduz-se, através de Vereza (2013, p. 111), que as estruturas armazenadas no cérebro funcionariam como “[...] instancias de metáforas conceptuais subjacentes [...]”, e, é na ótica da Teoria da Metáfora Conceptual que todas essas instâncias são tratadas como resultado de expressões metafóricas, sejam elas “convencionais” ou “criativas”. Muito embora as bases psicolinguísticas questionem todo esse processo de acionamento, devido à falta de comprovação empírica, Vereza (2013) assegura que a compreensão de instanciação está no âmbito da “[...] ‘motivação’ em nível de sistema [...]”, trata-se, portanto, “[...] de motivação linguística, e não psicolinguística [...]”, e assim, os conceitos estabelecidos por essa teoria não estariam epistemologicamente enfraquecidos pela ausência de uma realidade psicológica que não pode ser experienciada.

Com isso, a base dessa Ciência Cognitiva não perde credibilidade junto àqueles que vislumbram novas concepções quanto ao estudo da metáfora, mas prosseguem e se estabelecem na reflexão de que “[...] a mente é inerentemente corporificada, o pensamento é, em grande parte, inconsciente, e os conceitos abstratos são, em sua maioria, metafóricos” (FERRARI, 2001, p. 24). No tocante a esta questão, Silva (2004, p. 7) considera que as mentes de cada indivíduo são “corporizadas-encarnadas”, e possuem uma capacidade de interação acentuada com a realidade, conseqüentemente tanto a linguagem quanto cognição progridem, dando uma

clara demonstração de que o contexto sociocultural é fator determinante para esse surgimento, e que não há independência de mentes na estruturação da linguagem.

Essa concepção coaduna com a de Lakoff e Johnson (2002, p. 210), quando dizem que, tanto o que somos quanto a maneira como interagimos com o meio físico e cultural são resultados do sistema conceptual de cada ser humano. Com essa perspectiva bem solidificada, não apenas os estudos avançam, como também as inquietações entre os cognitivistas em relação às críticas quanto a rigidez teórica da Teoria da Metáfora Conceptual, no que diz respeito à “opacidade analítica”, as quais redirecionam novos estudos, e colocam a metáfora no contexto discursivo. Com isso, a metaforicidade passa a ser contemplada atendendo tanto os aspectos dinâmicos quanto os contextuais, que são características da metáfora em uso (VEREZA, 2013, p. 110).

Todo esse redirecionamento do estudo da metáfora em âmbito discursivo marca a segunda fase da virada cognitivo-discursiva, uma vez que, as intenções da primeira fase não foram suficientes para sanar as críticas à teoria. E assim, buscando respostas quanto ao excesso de atenção dada à metáfora na dimensão do sistema conceptual que, vários estudos dentro dos fundamentos estabelecidos para a teoria, procuraram corresponder à funcionalidade da metáfora no discurso, a saber:

[...] estudos, protagonizados, principalmente, por Cameron (2008), Cameron e Deignan (2006), Cameron e Maslen (2010), Cameron et al. (2009) e Semino (2008) passaram a direcionar seus questionamentos para a dimensão discursiva da metáfora, propondo unidades de análise como o metaforema (metáfora nova, emergente, local, vinculada a um sistema complexo, candidata a convencionalização) e metáfora sistemática (metáfora cognitiva subjacente ao discurso, situada, ao contrário da metáfora conceptual, em textos específicos, e evidenciada por marcas linguísticas metafóricas, ou veículos, presentes nesses textos) (VEREZA, 2013, p. 5).

Essas novas formas de análise ampliam os estudos da metáfora em âmbito discursivo, colocando-os sob a ótica da linguagem em uso, visto que na perspectiva da Teoria da Metáfora Conceptual, Vereza (2013) certifica que o lócus da metáfora esteja em âmbito do sistema, e por este motivo, ela avalia que esses estudos acabam se tornando uma tarefa bem desgastante. Diz a professora que, a Linguística Cognitiva, mesmo concebendo os estudos da metáfora, não oferece sustentação que contribua, de forma satisfatória, para os estudos que contemplam a metaforicidade online, ou seja, ela apenas espelha a linguagem, não proporciona a dinamicidade para os sentidos que são construídos no processo enunciativo. Mesmo assim, as pesquisas seguem dando mais credibilidade para essa nova perspectiva por meio de:

[...] Cameron e Deignan (2006), Cameron e Maslen (2010), Cameron et al. (2009) e Semino (2008) passaram a direcionar seus questionamentos para a dimensão

discursiva da metáfora, propondo unidades de análise como o metaforema (metáfora nova, emergente, local, vinculada a um sistema complexo, candidata a convencionalização) e metáfora sistemática (metáfora cognitiva subjacente ao discurso, situada, ao contrário da metáfora conceptual, em textos específicos, e evidenciada por marcas linguísticas metafóricas, ou veículos, presentes nesses textos) (VEREZA, 2013, p. 6).

Dentre essas possibilidades de análise, alinha-se a esta pesquisa, a perspectiva de Vereza (2007; 2013) que vê a metáfora situada como uma forma de estruturar cognitivamente textos específicos, em que nichos metafóricos se formam, direcionando-os aos objetivos pretendidos. O conceito de nicho metafórico, segundo Vereza (2013) ajuda na compreensão da metaforicidade a ser reconhecida em um evento discursivo e/ou texto, no qual as metáforas, tanto locais quanto episódicas, são entendidas por desdobramentos. Sendo assim, a doutora trabalha com a concepção de nicho metafórico quando se refere a “[...] um grupo de expressões metafóricas [...]”, que vão se desdobrando ao longo de uma situação metafórica, estejam elas explícitas ou não, mas que de forma ordenada estão interrelacionadas (VEREZA, 2007, p. 496).

Vereza (2013) assevera que o nicho metafórico tem seu foco voltado para o “fenômeno da figuratividade”, que na função de recurso argumentativo, organiza o discurso por meio da rede metafórica, que vai sendo tecida ao longo de toda a construção cognitiva, estabelecendo, dessa forma, uma rede de sentido. Compreende-se, por meio do conceito de nicho metafórico estruturado pela pesquisadora, que acontece uma construção deliberada, cujo direcionamento possibilita o reconhecimento da metaforicidade tecida em um texto ou evento discursivo. Essa possibilidade decorre do mapeamento que se desenvolve a partir de desdobramentos das metáforas neles existentes e, conseqüentemente, formam uma “unidade semântico-discursiva”, diferentemente da metáfora sistemática (VEREZA, 2013, p. 111). Nessa retórica, essa autora assegura que o nicho metafórico como uma porção da linguagem em uso confirma-se como elo “entre a linguagem e a cognição”, sendo que a cognição deve ser enxergada a partir dos aspectos estáveis, para situações off-line e episódicos para aquelas ocorridas no momento do evento discursivo.

O tratamento em relação a esses aspectos, diz a citada especialista, tem sido desafiador nos últimos anos para os pesquisadores, considerando que o entrelaçamento entre o plano episódico e estável devem ser analisados de forma que se complementem, já que o estudo da metáfora passa pela inclusão e reconhecimento das metáforas conceptuais, assim como, dos Frames, dos Esquemas Imagéticos e Modelos Cognitivos Idealizados, sendo, portanto, uma das possibilidades da dinâmica da linguagem em uso. Em vista disso, os planos estáveis estariam dentro do plano da estabilidade, ou seja, *offline*, enquanto os estudos de plano de emergência

dizem respeito ao processo episódico, ou *online*, e dessa forma, vistos a partir de uma perspectiva discursiva, as metáforas no nível episódico, conseqüentemente, são de natureza deliberada. A autora reforça que uma separação entre os níveis seria um equívoco, porque há uma relação de dependência das metáforas conceituais e metáforas situadas (VEREZA, 2016a, p. 568). Nas palavras da referida cientista quando se faz uma análise cujo enfoque seja a linguagem metafórica, faz-se desnecessário mencionar em metáfora situada e conceitual como se fizessem parte da mesma identificação, já que ambas em relação a cognição estão relacionadas em competências diferentes, ou seja, uma no episódico e a outra no estável, resultando

O processo interativo entre a cognição e sociedade tem ao longo dos anos, ampliado o campo de estudo sobre a linguagem, assim declarou Vereza (2019), em uma entrevista ao canal “Linguagem na lata”, onde expõe seu encantamento por esse vasto campo de investigação, sendo o estudo da metáfora, para a autora, “[...] a ilha mais bela no arquipélago da Linguística Cognitiva”. Nesse ângulo, vale frisar a importância das pesquisas na área da Linguística Aplicada que consolidam fundamentos do estudo sobre metáfora como figura de pensamento e que, somente a partir de um contexto discursivo manifesta-se de forma mais compreensível (VEREZA, 2007, p. 490).

Essa perspectiva de compreender a linguagem como intermediária entre o homem e sua realidade social ressalta a concepção de discurso dita por Orlandi (2002, p. 15), que descreve o sentido do termo a partir de sua etimologia, que “[...] tem em si a ideia de curso, percurso [...]”, remetendo, portanto, para a inteligência de que a linguagem acontece na ação do sujeito, que é o veículo de condução das palavras.

Nessa direção, Martins (2016, p. 272) aguça a importância da experiência humana com o mundo para a construção do conhecimento. Corrobora nesse sentido Oliveira (2006, p. 43), quando associa o significado ao movimento do corpo e sua relação com o meio, ou seja, conceitualiza-se não pela “[...] correspondência entre palavras e coisas simplesmente [...]”, mas, como dizem Martelotta e Palomanes (2009, p. 183) que a conceitualização acontece pela “[...] experiência corpórea, social, cultural e histórica do indivíduo [...]”, já que há uma forte ligação com cognição (SANTOS, 2015, p. 23). É a partir desses esclarecimentos que se alcança com mais clareza, o distanciamento da Linguística Cognitiva de uma abordagem racionalista e mais próxima de uma de suas ideias referentes ao conhecimento humano, que em sua maioria, provém de uma estrutura dinâmica evolutiva e se manifesta na forma como interagimos e/ou manipulamos os objetos.

A respeito dessa proposição, que espelha a abordagem corpórea para significação dos conceitos, destaca-se igualmente os esquemas imagéticos, que na circularidade de exemplos entre os autores que tratam desse assunto referem-se ao emprego da palavra contêiner. O esquema imagético do contêiner, segundo Vereza (2016a, p. 563), serve para o entendimento do funcionamento da mente, da forma como a cognição direciona todos os mecanismos para se chegar a um determinado conhecimento. Mas essa concepção afasta-se da associação de uma cognição vinculada apenas à capacidade intelectual, pois para essa mesma autora (VEREZA, 2016a, p. 564), essa distância que não resultaria em “[...] rompimento radical [...]”, seria introduzida pela ideia de “[...] cognição corporificada”. Ferrari (2018), nessa mesma angulação, assegura que os esquemas imagéticos “[...] são versões esquemáticas de imagens [...]”, cujas representações resultam das experiências interativas do ser humano com o mundo. Para exemplificar, a doutora utiliza o esquema imagético do contêiner que indica o movimento dentro-fora demonstrando assim, uma experiência com esse tipo de objeto:

[...] (66) O barco navegou para dentro do túnel. (67) Ele jogou o lixo fora. O esquema imagético DENTRO-FORA também pode ser usado metaforicamente: (68) Maria se enfiou numa roupa confortável e se jogou para dentro das cobertas. (69) José colocou toda a raiva para fora. [...] a noção de esquema imagético ancora diversos usos linguísticos que refletem a experiência corpórea dos seres humanos no espaço físico (FERRARI, 2018, p. 87-88).

Definidos por ela mesma como uma interpretação esquemática de imagens, os esquemas imagéticos, cuja noção decorre das experiências corporais, é definido por Gibbs e Colston (1995, p. 347 *apud* ALMEIDA, 2010, s/p) como “[...] *gestalts* experienciais [...]” os quais, conforme versado antes, a partir da atividade sensório-motora emergem quando os objetos são manipulados, ou quando nos orientamos no espaço com o objetivo de executar qualquer atividade.

No fortalecimento desse estudo, existe a questão da relação com os frames que requer considerações pertinentes. Diante das várias conjecturas sobre o termo, Charles Filmore preconizou o conceito que estrutura e direciona a semântica de frames quando declara que o termo frame funciona de forma sistêmica, e os conceitos se relacionam a partir da estrutura de uma realidade, de tal modo que, para entender qualquer um deles nas profusas situações sociais, acontece um acionamento automático de toda a estrutura (VEREZA, 2013, p. 114). Quanto a isso, Ferrari (2018, p. 50) alimenta a discussão explicando o que Filmore (2006) quis dizer estabelecendo o conceito de frames, considerando que há uma subordinação das palavras aos frames, logo ao se interpretar uma ou várias palavras se demanda uma conexão a uma base que demonstre conhecimento a alguma situação experienciada e que revele fundamento diante dela.

Colson (2001 *apud* VEREZA, 2013) enfatiza um dos aspectos interessantes dos frames e vê sua aplicação como uma capacidade humana “[...] de fazer inferências [...]”, e para ela, é exatamente essa habilidade de inferir, articulada aos frames, que se encontra a questão da relação entre frames e linguagem metafórica de uso. A compreensão dos autores Coulson (2001) e Hougaard e Oakley (2008) citados por Vereza (2013), diz respeito a insuficiência da teoria para corresponder à “[...] flexibilidade cognitiva-discursiva [...]” expressa no dia a dia da linguagem humana, pois para que seja efetivada seria necessária uma mudança de frames de forma constante para que todo o processo cognitivo e entendimento da metáfora em uso seja possível. Devido a esse questionamento é que a proposta de “[...] Coulson (2001) e Hougaard e Oakley (2008) apresentam os frames *onlines* que se assemelha a dos espaços mentais e da mesclagem, de Fauconnier (1985) e Fauconnier e Turner” (VEREZA, 2013, p. 114-115).

A sistematicidade metafórica fundamenta a compreensão de que determinados aspectos de um conceito apontam para outros, os quais não estariam evidenciados na mesma conceituação. Isso denota o que Lakoff e Johnson (2002, p. 57) afirmam sobre a extensão dos mesmos conceitos: que são direcionados “[...] para além do domínio das formas literárias ordinárias”. Dessa forma, defendem os escritores, que “[...] um conceito é estruturado por metáfora”. Assim, Vereza (2013, p. 115) trabalha com fundamentos dos frames partindo do que Lakoff e Filmore estabelecem para a “[...] metaforicidade em nível textual [...]”, e dessa maneira, a autora desenvolve seus estudos com o entendimento da linguagem figurada em nichos metafóricos, pois ela considera que apenas uma ideia básica sobre frames e espaços mentais não corresponderia ao cerne das “[...] representações cognitivas compartilhadas [...]”, que para ela, são essenciais para o sentido bem solidificado da figuratividade na linguagem em uso.

Na linguagem metafórica ocorre uma inter-relação entre domínios que Lakoff e Johnson em “*Metaphors We Live By*” (1980) os denominam de domínio-fonte e domínio-alvo, sendo que, segundo os autores, acontece uma projeção entre esses domínios para que a metáfora seja construída. Essa concepção é esclarecida por Vereza (2013, p. 115) quando diz que tanto a metáfora linguística quanto a conceptual dependem de um enquadramento que se faz “a partir de projeções” de um domínio para outro, assim para se ter clareza quanto a significação de uma metáfora é essencial que se tenha conhecimento de todos os elementos que constituem o domínio-fonte para se estabelecer relação e associação aos elementos do domínio-alvo. É dessa maneira que a referida autora constata que todo o conhecimento de mundo que fundamenta o domínio-fonte são vistos como frames que geralmente antecipam a “linguagem metafórica em uso”.

Toda essa sistematicidade metafórica é enfatizada na mesma obra de Lakoff e Jonhson, na qual eles esclarecem o processo de um conceito em termo de outro. Entende-se por meio desses pesquisadores, que há um mapeamento ou uma projeção entre os domínios, em outras palavras, o domínio-alvo é entendido em termos do domínio-fonte, de onde se extrai expressões metafóricas. Lembra Vereza (2016b, p. 26) que esse mapeamento é “[...] sempre parcial, realçando determinados elementos e não outros [...]”, ela focaliza também que, na metáfora em uso ocorre essa mesma dinamicidade, em que o grande diferencial fica por conta da “[...] deliberalidade do mapeamento e dos elementos projetados”.

Nota-se que, nos estudos da linguagem em uso sobrelevam-se as noções de frames ou enquadres e experencialismo, cujas bases constituem-se na compreensão de que o conhecimento é vinculado à experiência humana com o mundo, mas há ainda, o enfoque da categorização, que ajuda a interpretar a linguagem dentro desses estudos, dado que constitui-se de um processo de organização tanto de objetos como de ideias, de sorte que venham ser reconhecidos conforme suas semelhanças e diferenças, portanto, uma manifestação da mente corporificada. Pensando a linguagem com esse mesmo funcionamento, Ferrari (2018) ilustra esse processo utilizando o exemplo de um guarda-roupa, que possui diferentes divisões e subdivisões para que todas as peças que lhe pertencem sejam ordenadas em suas respectivas categorias. Dentro dessa acepção, a mesma pensadora avulta:

[...] o primeiro fato importante que deve ser notado com relação à categorização é o fato de que ela constitui uma consequência inevitável da estrutura biológica humana. por exemplo, cada olho humano tem 100 milhões de células sensíveis à luz, mas apenas 1 milhão de fibras que levam ao cérebro. Cada imagem precisa, portanto, ser reduzida em complexidade a um fator de 100. Isso significa que a informação em cada fibra constitui uma “categorização” da informação em torno de 100 células. [...]. O sistema visual fornece estrutura por meio de mapas topográficos e células sensíveis à orientação, que moldam nossa habilidade de conceptualizar relações espaciais. (FERRARI, 2001, p. 28).

Essa é uma maneira de demonstrar a dinamicidade natural e inconsciente que ocorre na construção do significado e sua manifestação através da linguagem. Souza (2007, p. 15 *apud* FERRARI, 2018) diz que, a linguagem de uma comunidade é um reflexo de sua forma de categorizar sua própria realidade, pois a mesma, vai sendo moldada, permitindo dar prioridade e significação aos episódios ou acontecimentos. Ferrari (2018, p. 31) compreende que na linguagem, o processo de categorização é essencial, por causa de em todas as situações da vida cotidiana quando se faz referência a alguma coisa, ou situação, faz-se um agrupamento de forma específica, seja para “[...] objetos, atividades, qualidades”. Dessa forma, a pesquisadora garante que, quando se fala em árvore, engloba-se todas as árvores, independentemente de sua forma

ou estrutura, denotando a compreensão de que, categorizar é uma “[...] capacidade cognitiva fundamental [...]”, que através de um processamento da mente, se identifica, classifica e se dá nomes às diversas propriedades pertencentes a uma categoria. É dessa forma que:

[...] esta concepção da categorização, conhecida como *teoria do protótipo*, tem a sua origem na investigação psicolinguística de Eleanor Rosch e de seus discípulos sobre a categorização das cores, das aves, dos frutos e de outras classes de entidades, e foi, depois, desenvolvida em duas direções: no âmbito da psicologia, com vista à elaboração de modelos formais da memória conceptual humana, de interesse também para a Inteligência Artificial [...] e no campo da Linguística e, em particular, no da Semântica Lexical, sob a designação de Semântica do protótipo (SILVA, 1997, p. 66).

Silva (1997) acrescenta que mesmo a Linguística Cognitiva, tendo comprovações linguísticas e cognitiva da teoria de Roch, ainda é alvo de muitos questionamentos e interpretações. Das quais a que ele considera mais convincente é a de Geeraerts (1994; 1989) que vê a prototipicidade tanto pelo lado da flexibilidade, da não-discrição, que se adapta aos vários contextos, e não se limita “[...] a um único fenómeno a uma única característica ou efeito [...]” devido à dificuldade em demarcar os elementos, quanto pela não-igualdade, já que os elementos de uma categoria possuem “[...] diferentes graus de saliência [...]”. E assim, Silva (1997) julga essa explicação psicológica-funcional satisfatória às duas tendências, no que tange à cognição humana, pois resultam da flexibilidade e polissemia das categorias linguísticas, e consequentemente, nas mudanças que ocorrem no significado das palavras ao longo dos tempos.

Retoma-se nesse prisma, a figuratividade das metáforas que advêm do processo cognitivo estabelecido pelo domínio experiencial, ora sendo, uma questão de pensamento e raciocínio, e não apenas de linguagem, reflexionando que:

[...] a figuratividade não é, portanto, uma excepção, um embelezamento: lidar com ideias como se fossem objectos, não representa apenas um processo de representação linguística, é sobretudo um processo mental para a conceptualização e categorização do mundo. A própria mente está estruturada de tal modo que o mapeamento do mundo só pode ser feito pela via da corporização da actividade mental: é toda a estrutura da linguagem que assim está organizada (VILELA, 2005, p. 33).

Essa concepção alinha-se à perspectiva da Linguística Cognitiva, que reconhece nas metáforas, um importante recurso cognitivo que auxilia na compreensão de conceitos abstratos, em específico, as metáforas conceptuais. Como supracitado, ela traz luz ao entendimento dos aspectos abstratos, quando emprega um que seja concreto. Sendo que, segundo seus idealizadores, a utilização concreta de algo facilita na compreensão de um conceito mais vago. Neste sentido, as metáforas “[...] são capazes de nos dar uma nova compreensão de nossa experiência” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 235). À vista disso:

[...] as metáforas têm implicações que iluminam e dão coerência a determinados aspectos de nossa experiência. Talvez, uma determinada metáfora seja a única forma de iluminar e de organizar coerentemente esses aspectos de nossa experiência. As metáforas podem criar realidades para nós, especialmente realidades sociais. Uma metáfora pode assim ser um guia para ações futuras. Essas ações, é claro, irão adequar-se à metáfora. Isso, por sua vez, reforçará o poder da metáfora de tornar a experiência coerente. Nesse sentido, as metáforas podem ser profecias autossuficientes (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 257).

Revela-se, então, que a utilidade da metáfora e de expressões metafóricas em situações cotidianas, dentro do espectro da teoria pelos autores desenvolvida, manifestam-se inconscientemente. No entanto, reitera-se a visão da metáfora em âmbito discursivo, que ao ser abordada em uma de suas formas, a saber: sistemática, situada, estendida e em nichos metafóricos pode direcionar a “[...] uma dada orientação argumentativa [...]”, e diferentemente da Metáfora Conceptual, prevalece a deliberalidade em seu uso (VEREZA, 2016b, p. 22).

Vereza (2016b) considera que uma determinada orientação argumentativa é capaz de tratar a ideologia a partir de um ponto de vista, pois este, segundo ela, se desenvolve em qualquer situação discursiva, e quando se faz, mapeamentos de forma condizente a sua relevância, vão sendo realçados, apontando de certa forma, a intencionalidade ou finalidade pretendida em todo o contexto discursivo. Nessa esfera, ampliam-se os estudos da metáfora em uso, considerando sua aplicabilidade como uma recorrência inevitável da linguagem cotidiana.

3.4 A argumentação e seus efeitos

Argumentar é uma ação inerente ao processo de interação social do ser humano e o interesse por esse estudo engloba da Retórica à Análise do Discurso, sendo que esta tem como objeto de estudo o discurso e todo o processo de troca onde ele acontece, e aquela, as técnicas para que a argumentação seja efetivada (PAULINELLI, 2014, p. 403). Embora essa diferenciação entre os termos apresente-se conclusiva em seus objetivos, se observa que na trajetória de estudos, copiosas abordagens mostram conceitos com perspectivas convergentes e diversificadas. Amossy (2018, p.10) se posiciona a respeito desse tema no decorrer desse tópico, mas a princípio salienta-se sua indicação que serve de busca para fundamentar concepções sobre a temática, como a revista especializada “*Argumentation et Analyse du Discours*”, número 2 (2009), onde diversas acepções são “[...] reconsideradas e explicadas”.

Plantin (2018, p. 246) sugere o modelo “questão-respostas” ou “modelo da argumentação retórica”, o qual derivando de uma situação argumentativa, a fala se opõe ao que é estabelecido como “resposta certa” diante dos questionamentos, sendo que, para essa situação,

o pesquisador denomina de “questão-argumentativa (QA)”, pois as respostas dão abertura para novas divergências e a finalização das contradições são imprevisíveis e, para exemplificá-las, ele utiliza situações que correspondem a:

[...] momentos muito banais (Alguns querem ir passear no bosque, mas outros querem se banhar na praia, o que fazer?) ou muito complexos: no caso dos questionamentos filosóficos (As Idéias platônicas existem?); políticas (Devemos retirar nossas tropas da Sildávia¹); judiciárias (Foi o ladrão que roubou o policial ou o contrário?), etc. É possível que a questão admita uma gama de respostas mais ou menos nuançadas ou simplesmente duas respostas antagônicas, mas, em todos os casos, nenhuma se impõe *a priori*, cada uma é de fato contestada pela própria existência das outras respostas.

Esse modelo diz respeito a perspectiva interacional da argumentação ou modelo dialogal na qual são identificados os “atos argumentativos”, quando os parceiros engajados no processo comunicacional realizam propostas, se opõem e questionam. É nesse processo de situação argumentativa que os discursos são articulados, quando o confronto, assim como, os diferentes pontos de vista respondem a questionamentos e, é dessa maneira que a argumentação se fundamenta (SEGUNDO-GONÇALVES; PIRIS, 2021).

Esses pesquisadores destacam a importância da metodologia que deve ser utilizada para uma análise de discurso argumentativo, já que a forma de interagir varia, e segundo eles, devem ser considerados os seguintes fatores:

[...] a modalidade de linguagem da interação (escrito ou oral), o tipo de interação (imediato ou mediato; síncrono ou assíncrono), a plataforma de mídia (impressa, radiofônica, televisiva ou digital) a quantidade de participantes, as regras e os rituais de fala, a responsabilidade pelo enunciado etc. (SEGUNDO-GONÇALVES; PIRIS, 2021, p. 141).

A diferenciação feita por Meyer (2009 *apud* AMOSSY, 2018, p.10) admite a argumentação como uma produção de respostas opostas aos questionamentos apresentados, enquanto a retórica meramente disfarça a resolução de questões. Para essa autora, Perelman e Olbrechts-Tyteca, na obra intitulada “Tratado da argumentação”, não apresentam a diferenciação que foi sustentada por Aristóteles, que se refere à dialética “[...] como disputa contra um adversário escolhido e a retórica como discurso endereçado a um público amplo”. Com esse posicionamento, a pesquisadora vê que os autores do tratado caracterizam tanto argumentação quanto retórica com as mesmas designações. Assim, ela se posiciona separando “o joio do trigo”, considerando que a fala abrange uma vasta modalidade e entende que o discurso tanto “faz ver, crer e sentir”, como ele “faz questionar, refletir, debater”.

¹ N.T.: País imaginário apresentado nas aventuras vividas pelo personagem de Tintin (PLANTIN, 2018, p. 246).

Dessa maneira, a distinção entre a visada e dimensão argumentativa explorada pela teoria da argumentação no discurso ajudam a abarcar as diversas modalidades discursivas, sendo que há situações em que discursos são direcionados para conquistar a opinião, enquanto outros apenas dão uma orientação. Assim, presumindo a intersubjetividade entre os sujeitos, Amossy (2018, p. 10-11) se apropria do mesmo posicionamento de Aristóteles e Perelman, inferindo que retórica e argumentação são termos “permutáveis”.

Na contemporaneidade, Amossy (2018) destaca-se como a autora que dá continuidade aos fundamentos que concebe a argumentação, além da visão perelmaniana. Observa-se que, seu objetivo em redefinir a argumentação, segundo Perelman e Olbrecht, seria de pleitear o lugar da argumentação na Ciência da Linguagem, dando a permissão de pensar a nova retórica dentro da perspectiva languageira. Suas bases teóricas tomam empréstimo de algumas teorias francesas, o que para muitos seria uma flutuação terminológica, ela mesma justifica da seguinte forma:

[...] em sentido similar, o termo retórico “auditório” – ou público”, que é mais genérico – e o termo linguístico “alocutário” (ou “destinatário”), segundo o qual o “leitor” é uma figura entre outras. “Interlocutor” será reservado aos casos de diálogo efetivo. De modo geral, tratar-se-á sempre da instância à qual um discurso é endereçado, explícita ou implicitamente (AMOSSY, 2018, p. 52).

A partir desse direcionamento terminológico, Amossy (2018) fundamenta-se com bases sólidas sobre a argumentação no discurso languageiro, uma vez que, em qualquer processo interativo, o discurso sempre terá uma direção ou objetivo, seja em situações de auditório homogêneo ou compósito, e quanto a diferença de um para outro, ela continua:

[...] a situação mais favorável à persuasão, quando não a mais simples, é aquela em que o orador se dirige a um público que compartilha valores e, até mesmo, objetivos idênticos. É unicamente ao compartilhar uma visão de mundo, uma doutrina, um programa que se pode falar de um auditório homogêneo e não compósito (AMOSSY, 2018, p. 62).

A esse respeito, a estudiosa reforça que todo locutor precisa ter clareza quanto ao público a quem se dirige, visto que o seu caráter, seja ele, unificado ou não, é o que vai direcionar os argumentos do discurso que serão expostos e podem determinar a complexidade deles. Sendo assim, a escritora dá direcionamento daquilo que considera conveniente quando um locutor se depara com um auditório compósito em três pontos:

1. classificar os grupos de alocutários aos quais o discurso se dirige em função dos três critérios verbais já evocados: designações, pronomes pessoais, evidências compartilhadas; 2. examinar como o discurso hierarquiza os grupos: qual é a importância atribuída a cada um deles, segundo o lugar que ocupam no texto ou segundo a insistência dada aos valores que os distinguem? 3. ver como as premissas

e as evidências compartilhadas que o discurso utiliza para cada grupo se conciliam entre si (AMOSSY, 2018, p. 69).

Diante disso, ela também ressalta que não importa a forma como se dão as trocas verbais, a linguagem utilizada por cada um dos “sujeitos falantes” exerce influência tanto na maneira de ver, como também, no posicionamento a uma adesão ou gerenciamento de conflitos. Essa autora afirma que, trabalhos com abordagens interacionistas possibilitam uma melhor definição quanto a uma análise, no que se refere às ciências da linguagem. Assim sendo, ela considera como princípio de uma análise argumentativa de um discurso, a compreensão sobre a “[...] sua visada e/ou dimensão persuasiva [...]”, ou seja, deve-se atentar para a visada (esforço para o locutário aderir a uma tese) e/ou dimensão argumentativa (orientação nos modos de ver e pensar). Para ela, este é o objetivo da argumentação no discurso. Dessarte, se entende que toda vez que se toma um posicionamento, ou um ponto de vista é expresso em qualquer percepção de mundo, se observa a argumentação sendo desenvolvida, especificamente, quando se trata de visões contrárias tentando superar-se (AMOSSY, 2018, p. 42-44).

Esse posicionamento, decorre do estudo da argumentação em situações concretas do uso da linguagem, e conseqüentemente, da busca de um lugar de reconhecimento para a argumentação, “[...] não somente nas ciências da comunicação, mas também no seio de uma linguística do discurso” (AMOSSY, 2018, p.11). De forma mais precisa, essa autora declara que a análise argumentativa é apresentada como um ramo da Análise do Discurso, quando esta busca um esclarecimento sobre os funcionamentos do discurso, fazendo uma exploração de uma “[...] fala situada e, parcialmente sujeita a coerções”. E, é assim, que definida pelas tendências contemporâneas francesas, a fala,

1. relaciona-se a um lugar social e a quadros institucionais; 2. [...], as opiniões e as crenças que circulam na época são fatores que constroem o discurso [...]; 3. se recusa a pôr na origem do discurso [...] o locutor como o auditório, é sempre atravessado pela fala do outro, pelas ideias preconcebidas e pelas evidências de uma época e é, por isso, condicionado pelas possibilidades de seu tempo (AMOSSY, 2018, p. 11-12).

Nessa direção, se faz uma articulação da análise argumentativa e análise do discurso sendo reorientada pela antiga e nova retórica. No entanto, para uma melhor compreensão dos métodos de uma análise argumentativa, diz a autora que é necessário “[...] situá-la no campo do saber contemporâneo [...]”, para este fim, ela propõe um estudo mais detalhado sobre os “[...] fundamentos *retóricos, lógicos e pragmáticos* da argumentação” (AMOSSY, 2018, p. 12, grifo nosso).

Nos fundamentos retóricos, destaca-se Aristóteles com sua *Retórica*, cujo posicionamento da disciplina refere-se à “[...] faculdade de considerar o que em cada caso, pode ser capaz de persuadir [...]”, considera também, o assentimento do auditório, assim como sua tripla dimensão, a saber: o judiciário, o deliberativo e o epidíctico. E ainda, apresenta-se em todos os domínios em que o ser humano expõe uma opinião, fundamentando-se em bases do que “parece plausível”, não em “verdade absoluta” (AMOSSY, 2018, p. 16). Essa retórica restrita a um tratado de figuras foi superada por uma “retórica como arte do bem dizer”, cuja desintegração do raciocínio dialético é atribuída a Petrus Ramus, passando a ser reconhecida como a arte do ornamento, reduzindo-a a um estilo (AMOSSY, 2018, p.19). A nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958 *apud* AMOSSY, 2018) avulta-se pela influência recíproca entre auditório e orador na troca social, resultando no rompimento com as “retóricas restritas” (AMOSSY, 2018, p. 21).

Os fundamentos lógicos da análise argumentativa compreendem que “[...] a argumentação comporta sua própria lógica [...]”, não escapa, portanto, do domínio do raciocínio. O filósofo Stephen Toulmin (1958) foi quem impulsionou pesquisas com esses fundamentos, tendo sua preocupação semelhante com a de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958 *apud* AMOSSY, 2018, p. 25): “[...] com a razão prática e com as trocas cotidianas [...]”, sempre na tentativa de que o outro seja persuadido com base nas garantias que são colocadas para fortalecer qualquer posicionamento (AMOSSY, 2018, p. 25). Essa flexibilidade inspirou a corrente da lógica informal em seu esforço de mostrar que existem bons argumentos que não são deduções formais. Na tentativa de uma alternativa à lógica formal, Jean-Blaise Grize elaborou a lógica informal distanciando-se do “enfoque normativo”, e dessa forma, concebe argumentação como uma construção mútua daquilo que se prevê na troca das “representações sociais”, e, nesse sentido, propõe analisar todo o processo de persuasão verbal que é sempre desenvolvido numa situação discursiva, implicando a presença de pelo menos dois parceiros.

Para discorrer sobre os fundamentos pragmáticos da análise argumentativa, Amossy (2018, p. 30) lembra a colaboração de Perelman para restabelecer a honra devida à visão de Aristóteles sobre a retórica, visto que as ciências da linguagem não deram a devida importância. Somente com a virada pragmática, quando a linguagem foi concebida como um ato de força dirigida ao alocutário, que acontece um retorno às tradições retóricas.

Todos esses fundamentos alimentaram e serviram de base para a abordagem desenvolvida por Amossy (2018), que busca discorrer toda sua visão sobre argumentação a partir da realidade discursiva, e, logo, concentra-se nas seguintes abordagens:

Linguageira – a argumentação não se reduz a operações lógicas; ela se constrói pela linguagem: escolhas lexicais, modalidades enunciativas etc.; **Comunicacional** – a argumentação visa a um auditório, numa relação de interlocução; a articulação lógica da argumentação não se dissocia da situação comunicativa; **Dialógica** – a argumentação intervém num espaço já saturado de discurso, reagindo àquilo que se disse a e que escreveu antes dela [...] mesmo quando não há dissenso declarado. **Genérica** – a argumentação se inscreve sempre num tipo e num gênero do discurso [...], que determina finalidades, quadros de enunciação e distribuição prévia dos papéis. **Figural** – a argumentação recorre aos efeitos do estilo e às figuras; **Textual** –, [...], ver como os processos lógicos são explorados no quadro do discurso em situação (AMOSSY, 2018, p. 40-41, grifo nosso).

Diante disso, questiona-se sobre os limites dados à análise argumentativa, visto que “[...] se liga a um vasto *corpus* [...]”, e pode ser aplicada a todo tipo de diálogo e fragmentos textuais. Há, portanto, a necessidade de opções divergentes para que aconteça a argumentação. Nesse âmbito, retoma-se fundamentos advindos tanto da retórica clássica quanto da nova retórica, que asseveram a inexistência de argumentação sobre o que é evidente, ou seja, em toda situação discursiva, evidencia-se uma dimensão argumentativa onde opções divergentes são expostas (AMOSSY, 2018, p. 42).

Desse processo discursivo, Volóchinov (2017, p. 205) sublinha que

[...] a *palavra* é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele *de quem* ela procede quanto por aquele *para quem* se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o *produto das inter-relações do falante com o ouvinte*. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”.

Em decorrência dessa inter-relação, Amossy (2011, p. 130) ressalta que é necessário pesar os diferentes pontos de vista, pois isso é o que respalda uma argumentação, uma vez que as múltiplas formas de opiniões sinalizam de fato a existência de uma argumentação. Seguindo este raciocínio, nota-se que, no processo de interação discursiva, sempre haverá confirmação ou controvérsia a uma palavra lançada, sendo isso uma consequência natural do diálogo, onde se identifica a argumentatividade nesse processo, diferentemente de argumentação, que se mostra evidente quando há a tentativa de um posicionamento sobressair sobre outro, que fora posto no decurso da transitividade discursiva.

Dando importância a problematização sobre o que pode ser concebido como argumentativo ou não, Amossy (2018, p. 43) propõe “[...] a concepção de um *continuum* [...]”, que contempla as numerosas modalidades argumentativas, pois uma análise argumentativa alcança um vasto *corpus*. Dessa maneira, interpreta-se o delineamento dado em relação aos gêneros, os quais são mencionados da seguinte forma:

[...] discursos com a visada persuasiva a pregação na igreja, o discurso eleitoral, a publicidade, o manifesto, o editorial. Entre os discursos que portam uma dimensão e

não uma visada argumentativa, estão o artigo científico, a reportagem, as informações televisivas, algumas formas de testemunhos ou de autobiografia, a narrativa de ficção, a carta ao amigo, a conversação cotidiana (AMOSSY, 2018, p. 44).

É a partir desse panorama, que não se concebe apenas as formulações bem elaboradas e objetivas como uma alternativa em que a argumentação esteja presente, mas percebe-se que há argumentação quando um dado ponto de vista sobre qualquer realidade manifesta um posicionamento. Além disso, Amossy (2018) faz uma reformulação bem mais ampla da nova retórica e redefine argumentação como:

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2018, p. 47).

Essa articulação dos meios e recursos visando produtividade nos argumentos, demonstra fundamentação da nova retórica, cuja visão constitui-se da “[...] relação entre orador e auditório [...]”, quando se considera que a fala é sempre dirigida a alguém que se deseja influenciar e, é por esse motivo que importa atentar para a “[...] instância de recepção na troca argumentativa [...]”, logo, faz-se necessário que em uma análise de situação linguageira, seja notória a identificação do orador e auditório, a relação entre eles, como também, a maneira que o orador constrói seu auditório no discurso (AMOSSY, 2018, p. 51).

Sobre essa questão, Paulinelli (2014, p. 399) lembra o que diz Amossy (2002) quando uma empresa que trabalha, precisamente com a persuasão e seu auditório tem pontos de vista diferentes. Nessa situação, ela diz que as empresas se tornam não apenas “perigosas”, mas também, “atraentes”, sabendo que o orador precisa habilitar com mais precisão seu acervo de argumento, levando em consideração as diferenças de valores e crenças que prevalecem no auditório almejado. A título de informação, o termo auditório, na teoria da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22), refere-se a todas as pessoas que um orador pretende influenciar por meio de argumentos, sendo que, constitui-se como papel do orador, pensar na medida do possível e de forma consciente o auditório pretendido.

Para Abreu (2010, p. 23), auditório é denominado como

[...] o conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir. Seu tamanho varia muito. Pode ser do tamanho de um país, durante uma comunicação em rede nacional de rádio e televisão, pode ser um pequeno grupo, dentro de uma empresa, mas pode ser apenas uma única pessoa: um amigo, um cliente, ou um namorado ou namorada.

Observa-se o mesmo direcionamento para a concepção, considerando que a argumentação se dá em interação social, independe do tipo e tamanho do auditório, e segundo Amossy (2018, p.40), o orador deve estar ciente do tipo de abordagem que utiliza, quer seja, a linguageira, a comunicacional, a dialógica, a genérica, ou a figural e/ou textual, não importa a opção, desde que a troca seja bem operacionalizada no quadro das abordagens e consequentemente, mais construtiva, mesmo que o auditório não participe ativamente dessa troca. Para tanto, Abreu ainda alerta para a diferença entre auditório e interlocutor, pois segundo ele, uma pessoa quando é entrevistada por um repórter, este, não é necessariamente o auditório daquele, mas as pessoas que irão assistir a reportagem. Dessa forma, esse pensador denomina de auditório universal, esse público que não se pode exercer controle, já que é constituído por pessoas de diferentes classes sociais e localizações geográficas, portanto, ele compreende que essa é uma realidade totalmente diferente de um auditório particular. Para Amossy (2018, p. 76), o auditório universal é apreendido a partir da concepção de Perelman que insistia na diversidade cultural, na inexistência objetiva e na ideia imaginária e criativa do orador. Para essa pesquisadora, o que prevalece na idealização de um auditório universal é “[...] a imagem que o orador tem do homem estável [...]”, com suas características próprias as quais refletem a realidade cultural que estão inseridos.

Nessa continuidade, o que mais importa para uma eficácia persuasiva do auditório seria, nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*apud* AMOSSY, 2018, p. 78), “[...] a necessidade de se adaptar ao auditório) [...]”, sendo neste caso, uma consideração a ser feita a partir da doxa, e, como dito anteriormente, que a construção do auditório, numa visão perelmaniana, é fruto imaginário do orador, mas o que se deve estar atento é para que essa imagem não acarrete uma “fantasia excessiva”, comprometendo de certa forma, a efetividade da argumentação. Amossy, (2018, p. 78) ressalta ainda que, essa construção do auditório para se manifestar como técnica argumentativa, deve estar em conformidade com os costumes e crenças do alocutário e com o autorreconhecimento do auditório diante da imagem projetada pelo locutor.

Vereza (2007, p. 495) considera a abordagem de Amossy sobre a argumentação, como uma proposta mais abrangente que as tendências linguísticas, lógicas ou pragmáticas, portanto, um enfoque da argumentação na linguagem e no discurso. Por causa disso, Vereza expõe a concepção de Amossy, sendo, pois, de “natureza mais retórica”, já que estaria dentro de uma linha “forte”, onde a persuasão, por meio de estratégias verbais, direciona para um consenso, quando se trata de opiniões divergentes. Enquanto, na linha “fraca”, a argumentação é abordada como um fenômeno que faz parte do sistema linguístico, no entanto, não se limita a

uma linguagem persuasiva, mas direciona somente para uma orientação no modo de ver uma realidade.

É nesse sentido que a argumentação faz parte do funcionamento discursivo, portanto, não se deve ignorar o fato de que, mesmo quando uma fala não tenha a intenção de convencer, ela exerce uma dimensão argumentativa, seja no modo de ver ou de pensar (AMOSSY, 2011, p. 129). Para essa autora, uma das características próprias do “discurso em situação” é sempre levar o outro a agir conforme uma determinada direção. Paulinelli (2014, p. 404) vê esse direcionamento, baseado na perspectiva da Nova Retórica e da linguística da enunciação, onde a linguagem é analisada “em situação”, e, em cada enunciado, onde “[...] o eu implica um tu [...]”, mesmo que não esteja evidente em marcas linguísticas. Essa é uma perspectiva dialógica, tendo que no evento discursivo, a palavra surge como uma resposta, seja para atenuar ou incitar uma discussão, ou seja:

[...] todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta. Ele é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais. Todo monumento continua a obra dos antecessores, polemiza com eles, espera por uma compreensão ativa e responsiva, antecipando-a etc. (VOLÓSCHINOV, 2017, p. 184).

Essa compreensão é reafirmada por meio de Amossy (2011), quando versa que “[...] a argumentação, está, *a priori* no discurso [...]”, e deve-se observar sua natureza dialógica, assim como, suas modalidades argumentativas, a saber: demonstrativa, que acontece num monólogo ou diálogo, onde o locutor fundamenta seu raciocínio por meio de provas; a negociada, quando os parceiros divergem nas opiniões, e esforçam-se para encontrar a solução e chegar a um consenso; pela modalidade polêmica, quando possui como característica o confronto de forma violenta, uma vez que uma instância tenta superar as teses apresentadas pela outra, ou ainda uma terceira, que venha se pronunciar de forma contrária, diante das teses ouvidas. Em todas as modalidades, diz a escritora, que sempre deve existir uma intenção para que as estratégias persuasivas sejam exitosas. No entanto, para ela, existem estratégias que não apresentam nenhuma intenção persuasiva, e para essas, sua identificação se direciona para a dimensão argumentativa, porque a estratégia de persuasão se expõe na forma velada, e assim, pode ser identificada em

[...] um discurso de informação, uma descrição, uma narração cuja vocação é contar o registro de uma experiência vivida em um diário de viagem ou um diário, um testemunho que relata o que o sujeito viu, uma conversa familiar em que os parceiros jogam conversa fora sem a pretensão de fazer triunfar uma tese etc. (AMOSSY, 2011, p. 132).

Diante da possibilidade de análise de toda situação discursiva, Bakhtin/Volóchinov (1977 *apud* AMOSSY, 2018, p. 53), retoma que, na atualidade, há diferença entre discurso dialógico e dialogal, mas, apesar de se oporem, ambos desenvolvem uma argumentação, pois enquanto o dialogal se dá nas trocas verbais cotidianas, o dialógico acontece na maioria dos casos em que o outro parceiro não tem participação ativa, e diante disso, a pensadora julga que “[...] o discurso argumentativo é sempre dialógico, não obrigatoriamente dialogal”.

Analisando o que regula cada modalidade, ou razão em que cada discurso se apresenta, e considerando também a diferença entre dimensão argumentativa e visada argumentativa, determina-se um direcionamento sobre a argumentatividade nas sortidas formas de linguagem. Dessa maneira, há muita diferença quando alguém dá um ponto de vista cuja pretensão é a modificação de posicionamento do alocutário, ou de quando não se apresenta nenhuma intencionalidade (AMOSSY, 2018, p. 44).

Nesse sentido, a dimensão argumentativa insurge como uma forte estratégia persuasiva por aparecer na maioria das situações de discurso, onde de certa forma, aponta para uma sugestão de modos de ver uma realidade, e conseqüentemente uma forma de agir sobre o outro. Vereza (2007, p. 496) compreende que discursos sempre são carregados de uma dada orientação, e embora compartilhe desse tipo de enfoque dado à argumentação, a autora opta pela concepção denominada por Amossy (2018) de linha mais “forte”, por considerá-la como uma abordagem que abarca a argumentatividade de modo mais explícito, no que diz respeito à operacionalidade dada ao papel da metáfora em uso. Destarte, ela considera que a força argumentativa de um discurso é formada, “[...] a partir de uma cadeia de desdobramentos [...]” que de forma coesa, colabora tanto “[...] linguística, cognitiva e pragmaticamente [...]” para essa força. Essas “[...] cadeias ou redes de figuras [...]” estão presentes em muitos textos argumentativos e são denominados por ela de “[...] nicho metafórico [...]”, que já foi exposto com mais precisão em outro ponto deste trabalho.

4 METODOLOGIA

4.1 Descrição do percurso

A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda a ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. Sabe-se que uma pesquisa passa por várias etapas e que cada uma delas não é fruto do acaso, portanto, deve-se seguir criteriosamente algumas recomendações, nas seguintes orientações de Marconi e Lakatos (2018) quando dizem que:

[...] desde a escolha do tema, fixação dos objetivos, esclarecimento do problema, determinação da metodologia, coleta dos dados, análise e interpretação para a elaboração do relatório final, tudo deve ser previsto no projeto de pesquisa, que deve responder às clássicas questões: o que pesquisar? Por que pesquisar? Para quê? Para quem? Onde? Como? Com quê? Quanto vai custar? (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 107)

Considerando essas instruções, este trabalho insere-se na linha de pesquisa, Estudo da Linguagem e Práticas Discursivas do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e analisou os efeitos argumentativos nas parábolas de Jesus Cristo, sob a perspectiva da Metáfora Conceptual.

Para este estudo, propusemo-nos a pesquisar obras referenciais que direcionam o estudo da metáfora para além de um sistema modular da linguagem, especialmente as contribuições dadas por Lakoff e Johnson (2002), reconhecidas como obras que marcaram a virada paradigmática, especificamente, a publicação da obra “*Metaphors we live by*”, onde demonstram que a “[...] metáfora está infiltrada na vida cotidiana” (p. 45).

O debate a respeito do conceito de metáfora amplia-se de forma acentuada e diversa, revelando assim, a sua multidisciplinaridade que perpassa vários domínios do conhecimento e, devido a essa abrangência, Vereza (2016b) contribuiu com o estudo da metáfora na linguagem em uso e a conciliação entre cognição e discurso, que, para a pesquisadora, constitui-se em um grande desafio, já que,

[...] abordar a metáfora na recente vertente cognitivo-discursiva é, principalmente, o de buscar possíveis articulações entre os aspectos da cognição característicos do sistema conceptual (cognição estável “e”) e aqueles típicos do acontecimento discursivo (cognição episódica/emergente “e”) (VEREZA, 2016b, p. 20).

Esse posicionamento direciona para um novo prisma em relação às questões da metáfora em uso, em suas diversas formas, e determinam uma dada orientação argumentativa.

Por isso, exploramos a metáfora, com embasamento em Vereza (2007; 2013), compreendendo que é a partir de desdobramentos ou mapeamentos discursivos que se desempenha um papel, tanto cognitivo quanto argumentativo, cujo encadeamento discursivo se dá por “nichos metafóricos”, denominação dada pela autora.

Inseridos nessa visão e atrelados à Análise do Discurso, buscamos em Amossy (2018) fundamentos para o estudo concreto do discurso argumentativo, de sorte que possamos instrumentalizá-lo teórico-metodologicamente.

4.2 Tipo de pesquisa

Este estudo possui cunho teórico-metodológico na área de Linguística Cognitiva, bibliográfico com relação ao objeto a ser estudado e qualitativo na abordagem utilizada.

No que tange à Linguística Cognitiva, Almeida *et al.* (2010) fazem uma consideração que nos parece bastante pertinente:

[...] a Linguística Cognitiva constitui um novo capítulo na história do pensamento sobre a linguagem, que se desdobra em duas direções: se, de um lado, é mentalista e representacionista como a Linguística Gerativa, de outro, não é universalista como esta, dado o compromisso com a **Hipótese da Corporificação** (*Embodiment Hypothesis*), que a torna relativista e dirige seu programa de pesquisa à conceptualização que cada língua natural representa (ALMEIDA *et al.*, 2010, s/p, grifo nosso).

Concebemos que essa seria a melhor vertente a seguir, visto que nosso objeto se enquadra nessa descrição. Nessa perspectiva, a sistematicidade metafórica é vista a partir da compreensão de que um conceito é entendido em termo de outro, sendo que, essa conceitualização é esquematizada por domínios concretos para o entendimento do abstrato e, assim, todos os fundamentos da experiência corpórea no cotidiano, são constituídos a partir do pensamento, e de forma inconsciente.

Com relação ao seu caráter qualitativo, de natureza descritivo-exploratória, embasamo-nos no postulado de Gil (2008, p. 28), por considerar que, geralmente, os pesquisadores a utilizam, devido à preocupação da atuação da pesquisa na prática. Para delinear o procedimento adotado, buscamos a pesquisa bibliográfica e documental, em virtude de nenhuma pesquisa começar “da estaca zero”, ou seja, a cada nova pesquisa a ser desenvolvida, outras pessoas já discorreram sobre o assunto pretendido (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 113).

Assim, a revisão bibliográfica e documental possibilitou um aprofundamento no assunto através de leitura pertinente de autores que tratam da temática, a fim de embasar teoricamente todo o trabalho.

4.3 Seleção do *corpus*

Considerando a relevância dos textos bíblicos para fins didáticos, morais, espirituais e literários (SANT'ANNA, 2010), analisamos algumas parábolas de Jesus Cristo, dentre elas: a parábola da ovelha perdida; a parábola da dracma perdida e a parábola do filho pródigo (Lc 15). Entretanto, é pertinente destacar que o critério analítico se deu pelo viés cognitivo-discursivo, porque a parábola evidencia a usabilidade recorrente da linguagem figurada do cotidiano, tanto na emergência, quanto na produção de sentido.

5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

O corpus desta análise é o registro do evangelho de Lucas no capítulo 15, onde acontece uma situação discursiva e se percebe um conflito entre Jesus Cristo e as autoridades religiosas da época, especificamente fariseus e escribas. O julgamento refere-se a atitude de Jesus de sentar-se à mesa com pessoas, consideradas por seus julgadores, desprovidas de qualidades que lhes permitissem participar de uma refeição naquele espaço discursivo. As críticas recebidas são respondidas por meio de parábolas, recurso que permitia que os ouvintes trabalhassem com a imaginação de forma acentuada. A escolha comunicativa de Jesus confirma o que diz Bakhtin (1997) que a fala e a escrita discorrem por meio de gêneros de discurso, já que no cotidiano, conforme esse autor, dispõe-se de um repertório infindável de gêneros.

Jesus come com pecadores

1 E aconteceu que todos os pecadores, como os coletores de impostos e pessoas de má fama estavam se reunindo para ouvir a Jesus.

2 Entretanto, os fariseus e os mestres da Lei o censuravam murmurando: “Este saúda e se mistura a pessoas desqualificadas e ainda partilha do pão com elas”. A parábola da ovelha perdida

3 Foi então que Jesus lhes propôs a seguinte parábola: **4** “Qual, dentre vós, é homem que, possuindo cem ovelhas e perdendo uma delas, não deixa no campo as noventa e nove e vai em busca da que se extraviou, até que a encontre? **5** E assim que a encontra, coloca-a por sobre os ombros cheio de júbilo. **6** e ruma para casa. Ao chegar, reúne seus amigos e vizinhos e anuncia: ‘Alegrai-vos comigo, pois hoje encontrei minha ovelha perdida’. **7** Eu vos afirmo que, da mesma maneira, haverá muito mais alegria no céu por um pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos que não carecem de arrependimento. A parábola da moeda perdida

8 Ou ainda, qual é a mulher que, possuindo dez dracmas e, perdendo uma delas, não acende uma candeia, varre a casa e a procura diligentemente até encontrá-la? **9** E, tendo-a achado, reúne suas amigas e vizinhas e proclama: ‘Alegrai-vos comigo, porque agora achei minha dracma perdida’. **10** Eu vos asseguro que, de igual modo, há grande júbilo na presença dos anjos de Deus por um pecador que se arrepende”. A parábola do filho perdido.

11 E Jesus continuou: “Um homem tinha dois filhos. **12** O mais novo reivindicou do seu pai: ‘Pai, dá-me a parte da herança a que tenho direito’. E consentindo, o pai repartiu sua propriedade entre eles. **13** Não se passou muito tempo, e o filho mais novo reuniu tudo o que tinha, partindo para terras distantes; e lá esbanjou todos os seus bens, vivendo de forma irresponsável. **14** Coincidentemente, após haver gasto tudo o que possuía, abateu-se sobre toda aquela região uma grande fome, e ele começou a passar muita necessidade. **15** Por esse motivo foi empregar-se com um dos cidadãos daquela região, que o mandou para o campo a fim de cuidar dos porcos. **16** Ali, chegou a ter vontade de encher o estômago com as vagens de alfarrobeira com as quais os porcos eram alimentados, no entanto, ninguém lhe dava absolutamente nada. **17** Foi quando, caindo em si, falou consigo mesmo: ‘Quantos empregados de meu pai têm comida com fartura, e eu aqui, morrendo de fome! **18** Levantar-me-ei, tomarei o caminho de volta para meu pai, e ao chegar lhe confessarei: Pai, pequei contra o céu e contra ti. **19** Não sou mais digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores’. **20** E, logo em seguida, levantou-se e saiu na direção do pai. Vinha caminhando ele ainda distante, quando seu pai o viu e, pleno de compaixão, correu ao encontro do seu filho, e muito o abraçou e beijou. **21** Então, o filho lhe declarou: ‘Pai, pequei contra o céu e contra ti. Não sou mais digno de ser chamado teu filho!’. **22** Entretanto, o pai ordenou aos seus servos: ‘Trazei depressa a melhor roupa, vesti-o com distinção, ponde-lhe o anel de autoridade e as sandálias de filho. **23** Também

trazei o novilho gordo e o preparei. Comamos, façamos uma grande festa e regozijemo-nos! **24** Porquanto este meu filho estava morto e voltou à vida, estava perdido e foi encontrado'. E começaram a celebrar o seu regresso.

25 Entrementes, o filho mais velho estava no campo. Quando foi se aproximando da casa do pai, ouviu o som da música e das danças. **26** Então chamou um dos servos e indagou-lhe sobre o que estava acontecendo. **27** Este informou: 'Teu irmão regressou, e teu pai mandou matar o novilho gordo, porque o recebeu de volta são e salvo!'. **28** Mas o filho mais velho encheu-se de ira, e negou-se a entrar. Então o pai saiu e insistiu com ele. **29** Porém ele replicou ao pai: 'Há tantos anos tenho trabalhado como um escravo para ti sem nunca ter desobedecido a uma só ordem tua. Contudo, tu nunca me ofereceste nem ao menos um cabrito para que pudesse festejar com meus amigos. **30** No entanto, chegando em casa esse teu filho, que pôs fora os teus bens com prostitutas, tu ordenaste matar o novilho gordo para ele!'. **31** Então, lhe arrazou o pai: 'Meu filho, tu sempre estás comigo; tudo o que possuo é igualmente teu. **32** Porém, nós tínhamos que celebrar muito à volta deste teu irmão e regozijar-mo-nos, porque ele estava morto e reviveu, estava sem esperança e foi salvo!'''. (Lc 15, 1-32).

A partir do início da narrativa faz-se uma identificação do quadro discursivo que resulta de uma forte influência devido à autoridade investida aos sujeitos e o espaço social onde a interação acontece. Para isso, identifica-se no *corpus* que o termo “pecadores”, diz respeito aos coletores de impostos e pessoas de má fama. Os cobradores de impostos eram os judeus responsáveis por cobrar a taxa alfandegária em favor do império romano. Essa função não era bem aceita pelo povo, que o acusavam de extorquir os próprios irmãos. As pessoas de má fama não são identificadas no texto, mas provavelmente refere-se a pessoas moralmente marginalizadas como os assassinos, prostitutas, ladrões etc. Jesus era um homem simples, filho de um casal camponês, que segundo a Bíblia foi concebido de forma não convencional, sob a promessa de implantar um reinado que traria salvação ao povo. Desde muito jovem já se destacava pela sabedoria, quando foi encontrado no templo conversando com os doutores da lei (Lc 2, 42-51), e na fase adulta incomodava autoridades religiosas quando não se sujeitava aos rudimentos das leis e costumes judaicos (Mc 7, 5), da mesma maneira, quando demonstrava autoridade e poder sobrenatural diante de situações consideradas impossíveis ao contexto humano (Jo 9.16). Os Fariseus eram conhecidos pela observância rígida da lei não apenas a escrita, mas sobretudo a tradição oral. Eles faziam parte das principais instituições da época, uma delas era o Sinédrio que funcionava como uma suprema corte de Israel, que governava e julgava o povo judeu. A outra instituição era a Sinagoga, espécie de escola, que servia como o local de auxílio espiritual. Segundo o Novo Testamento, eles integravam um grupo que funcionava como se fosse um partido, cuja atuação era de se opor ao ministério de Jesus. Os mestres da lei eram conhecidos como os escribas que por terem muito conhecimento das leis que regiam o povo judeu, as interpretavam.

Observa-se que na primeira parábola, Jesus Cristo situa seus ouvintes usando uma prática comum para compor o cenário imaginário da narrativa, pois aqueles que ali se

encontravam para ouvi-lo já estavam habituados com aquele tipo de cena. Segundo Bailey (1995, p. 198), um dos aspectos culturais que precisa ser considerado nesta parábola é o fato de em conversa com fariseus, Jesus Cristo utilizar a figura de um pastor que poderia causar um “problema especial”, já que naquele momento histórico, os pastores de ovelhas não eram bem aceitos como foram os pastores citados no Antigo Testamento, como Moisés, e Ezequiel que se referia aos reis como pastores, e o próprio Deus também citado no Salmo 23 como pastor. É dessa forma, que o questionamento inicial “*Qual, dentre vós, é homem que, [...]?*”, se trata de uma decisão cultural, porque dá um choque na sensibilidade dos fariseus quando Jesus coloca-os na situação de pastores.

Na parábola da moeda perdida, Jesus Cristo mais uma vez rejeita a atitude dos seus críticos por grupos minoritários, pois usar uma mulher como personagem principal em uma cena ilustrativa na realidade cultural da Palestina do século I, requeria muita ousadia. Há outros elementos culturais que se observa nesta parábola, um deles é que dinheiro parece ser uma raridade, pois a perda de uma moeda causa tanto descontentamento que ao encontrá-la é motivo de comemoração. Outro elemento, é o fato de a mulher procurar pela moeda de forma diligente dentro da casa, isso denota que ela não havia saído dela, ou seja, a movimentação das mulheres era limitada na comunidade onde vivia.

Na terceira parábola, o mesmo auditório que ouviu as parábolas anteriores se depara com uma cena que ilustra o relacionamento entre pai e filhos, onde o filho mais moço pede ao pai sua parte da herança. Esse pedido, segundo Bailey (1985, p. 212), em todo o Antigo Testamento e em outras literaturas antigas foi um ato desconhecido, pois não havia entre as leis e costumes dos judeus ou árabes, nenhum registro que assegurasse um filho adquirir uma parte da riqueza do pai enquanto este ainda estivesse vivo. Isso revela que de fato, aquele filho estava perdido.

Em relação a inscrição do auditório no discurso, vê-se que a representação social que Jesus Cristo tinha de seus ouvintes tem estreita relação com seu discurso que se manifestou na linguagem figurativa das parábolas. Os traços do público são descobertos e analisados no estatuto concreto de cada elemento figurativo. Isso confirma o que diz Amossy (2018) sobre a representação feita por um locutor, a qual depende muito da ideia que ele tem do grupo que seu alocutário pertence. Essa concepção transmite em uma linguagem mais informal, o sentido de um conhecido adágio popular “diga-me com quem andas que te direi quem és”. Pelo contexto do *corpus*, percebe-se que Jesus tinha conhecimento dos grupos de pessoas a quem se dirigia, uma vez que o valor semântico da palavra perdido é bem intensificado na exposição das três parábolas. Assim, com a parábola da ovelha perdida que se perdeu no campo, percebe-se um

direcionamento a intenção do locutor em alcançar o grupo dos pecadores (coletores de impostos e pessoas de má fama), que assim como as ovelhas citadas na parábola, estavam perdidos fora da casa. Enquanto, na parábola da moeda perdida, o locutor se dirige ao grupo dos fariseus e escribas que por estarem sempre nos ambientes considerados sagrados, demonstravam que estavam perdidos em relação à visão que tinham do grupo qualificado na narrativa de pecadores. Com a exposição da terceira parábola, Jesus Cristo inclui ambos os grupos numa só história, ou seja, o filho mais moço representa os pecadores citados no texto, e o filho mais velho que também recebeu sua parte da herança, no entanto não deixou a casa do pai, retrata a situação dos fariseus e escribas que também estavam perdidos, apesar de estarem dentro da casa. Isso demonstra que o discurso de Jesus Cristo revelou de forma intencional a imagem ou representação social que ele tinha do seu público.

É nessa acepção, que se observa a sistematicidade metafórica aplicada nas parábolas, uma vez que a compreensão dos conceitos explorados por meio dos elementos figurativos, os quais correspondem às experiências concretas da vida dos ouvintes de Jesus, se dá pelo fato de que toda a substância que compõe o seu discurso foi retirada de um contexto histórico-cultural. É essa sistematicidade metafórica estabelecida no processo discursivo que permitia uma assimilação de conceitos abstratos, em razão da aplicabilidade de conceitos concretos, como foi ilustrado previamente, sobre a compreensão dos aspectos bélicos de uma discussão (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 53).

É por meio dessa sistematicidade metafórica, que o mapeamento de certos domínios é realizado, e devido a essa permissividade quando alguns deles são realçados ou encobertos é que Vereza (2016, p. 26) opina que através dessa transposição resulta em fortalecimento da estratégia argumentativa. Esse mapeamento que se realiza no evento discursivo alinha-se à proposta deste trabalho, pois está alicerçado no novo prisma de metáfora em uso sob a abordagem de nicho metafórico, que vê a figuratividade como um organizador de todo o discurso (VEREZA, 2010, p. 209).

Quando Jesus é criticado ao sentar-se à mesa com pessoas comuns e responde às críticas usando o recurso da figuratividade através de três parábolas consecutivas, se confirma então, o registro do Evangelho de Marcos 4.11 “[...] *tudo se ensina por meio de parábolas*”. Dessa forma, Jesus conseguia cumprir seu propósito terreno, expondo suas ideias, tanto para os que o julgavam quanto para os que desejavam ouvi-lo. Para Cerqueira, Ribeiro e Torga (2014, p. 65), as críticas seriam pelo fato de Jesus ser considerado pelos fariseus e escribas, “[...] um Rabi, um mestre [...]”, e, de certo modo, o colocaria no mesmo nível deles, que se intitulavam detentores do conhecimento, e pertencentes ao nível intelectual mais elevado da classe clerical.

Apercebe-se que, ao censurar o ato de Jesus, eles demonstravam zelo e apego às suas funções sociais e muita indiferença às pessoas que deles necessitavam de atenção que pudesse sanar suas carências, sejam elas social ou espiritual. Jeremias (1986, p. 126) nos lembra que quando Jesus usa parábolas para refutar as críticas por sentar-se à mesa com os menos favorecidos, ele assim o faz objetivando alcançar esses críticos, e, é dessa maneira, que a parábola serve como uma arma, ou ainda como defesa e justificativa contra aqueles que se escandalizavam por sua atitude de “[...] manter comunhão de mesa com os desprezados”.

A figuratividade estabelecida nas parábolas pela presença da ovelha e da moeda se manifesta como um recurso atrativo, mormente, pela peculiaridade do estilo de vida do público-alvo. Nesse enfoque, confirma-se o que diz Jeremias (1986, p. 9) sobre a recursividade das parábolas, que “*levam os ouvintes a um mundo que lhes é familiar*”, isto é, ao usar esses recursos, ele traz o ouvinte para dentro de sua realidade cultural. E usando esse mecanismo

[...] Ele falou abertamente de ovelhas e sementes, juízes corruptos, de um filho rebelde, de crianças jogando em uma praça pública e de um servo sendo perdoado por seu credor. [...]. Ele selecionava uma porção da vida, descrevia um incidente dentro dela e convidava o ouvinte, que já havia, assim, sido introduzido na situação, para refletir e decidir sobre o curso que sua própria existência estava tomando (SANT’ANNA, 2010, p. 147).

Esse mesmo escritor também afirma que a maioria dos autores da teoria literária veem a parábola, como “[...] um símile ou uma metáfora [...]”, e, ele reitera essa afirmação, fazendo uma “[...] análise mais generalizada [...]” quando diz que em toda parábola se desenvolve o “[...] processo de comparação [...]”, assim, mesmo que este processo não seja efetivado explicitamente, não deve ser ignorado, porque ele pode servir para iluminar a mente naquilo que seja desconhecido pelo ouvinte ou leitor. É a partir desse entendimento, que esse autor compreende que quando elementos diferenciados são colocados lado a lado, possibilita um confronto que aciona a imaginação, e assim, a realidade é captada em um de seus aspectos ou até mesmo em sua totalidade.

Nas situações em análise, percebe-se que a utilização desses elementos dá mais possibilidades de conexão com locutor e ouvinte, pois ajuda na mediação de todo o processo comunicativo, e, de certa forma, enriquece a dinâmica do discurso oral. E, é assim, que se vê que o uso da moeda como um recurso metafórico se adequa à realidade daquela comunidade, uma vez que esse elemento figurativo denota um valor significativo para as mulheres inseridas naquele contexto histórico, que por viverem em casas sem janelas, realidade das casas mais desprovidas de recursos financeiros, necessitavam de uma candeia mesmo durante o dia para

ajudar encontrar a moeda, sendo que o chão de basalto com muitas fendas e desníveis dificultava ainda mais a procura (KUNZ, 2014, p. 123).

É nesse contexto que se percebe as parábolas bíblicas sendo usadas de forma deliberada e funcionando como metáfora situada, pois são contadas para argumentar um ponto de vista. Assim, se constata o que versa Vereza (2020) sobre as parábolas bíblicas que, mesmo sendo histórias inventadas, a moral estabelecida por elas fortalece um argumento, devido ao mapeamento desenvolvido em todo o processo, e dessa forma, dificulta qualquer objeção diante de toda uma rede metafórica tecida no evento discursivo.

Por conseguinte, criando-se imagens familiares, os expectadores das parábolas são direcionados às possibilidades de sentidos aguçadas na mente. E na sequência em que os elementos figurativos são expostos, se observa coesão no encadeamento discursivo tomando a forma de nichos, que como asseverado por Vereza (2010, p. 209), doravante uma “rede de sentidos”, que é criada cognitivamente, contribuem para um efeito argumentativo. A autora atribui essa contribuição à cognição, que se desenvolve de forma sequenciada, chegando a formar uma “cadeia metafórica,” e assim, se identifica o “nicho metafórico”, estruturando e organizando toda essa construção, que iniciando da constituição de várias expressões com teor metafórico vai desdobrando cognitivamente toda a situação em curso (VEREZA, 2007, p. 496).

Observa-se, portanto, essa inferência na conotação dada aos elementos figurativos usados nas parábolas, os quais possibilitam uma construção imagética e direciona para uma orientação argumentativa. É desse modo que a argumentação vai sendo estabelecida, a partir dos mapeamentos na forma de nichos metafóricos, que segundo Vereza (2020) realçam e encobrem determinados elementos de um dado domínio.

Assim sendo, conclui-se que as parábolas em análise, à medida em que os elementos figurativos são elencados em todo o evento discursivo como elementos do DOMÍNIO-FONTE, a argumentação vai sendo estabelecida para o DOMÍNIO-ALVO, e, é dessa maneira, por meio de Jeremias (1986, p.126) que se constata, que as parábolas solicitam audiência entre os inimigos, cuja orientação argumentativa realça o perfil negativo dos fariseus e escribas. O supracitado pesquisador assegura que Jesus se justifica contra os seus críticos de três maneiras, a saber:

1. Primeiramente, numa série de parábolas, ele dirige o olhar *para os pobres*, aos quais ele prega a boa-nova. [...] 2. Os críticos da boa-nova devem voltar o olhar não só para os pobres, mas também *para si próprios*. [...] 3. Mas o terceiro ponto de vista, decisivo e que suplanta todos os outros, com o qual Jesus justifica a pregação da boa-nova aos desprezados e marginalizados, ainda não se nomeou com tudo isto. Emerge claríssimo na parábola do filho perdido, ou melhor: a parábola do amor do pai. É assim que deveria chamar-se (JEREMIAS, 1986, p. 126-130).

Em todas as situações discursivas nota-se a exploração da linguagem figurada, e a contar estabelecimento do contexto histórico, o alocutário, como assim registra Amossy (2018, p. 47), que diz respeito ao ouvinte de Jesus, é levado a uma reflexão ativa em que tomadas de ações demonstrem alguma mudança ou apenas a uma orientação no modo de enxergar uma realidade. É nessa perspectiva, que a argumentatividade é desenvolvida entre Jesus e seus opositores e contempla-se o conceito de argumentação reformulado e ampliado, já que, na perspectiva que vai além da nova retórica adotada por Amossy (2018, p. 47),

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um problema.

Fundamentando-se nesta autora, sabe-se que as parábolas, em termos de gênero, encontram-se entre os discursos que apresentam uma dimensão argumentativa, tendo em vista a troca verbal estabelecida entre os sujeitos falantes (Jesus, fariseus, escribas), onde um conflito é estabelecido entre eles, e a partir disso, se percebe que sugestões na forma de ver, posicionar ou aderir ao posicionamento são expostas por cada uma das partes, em outros termos, todo esse contexto dialógico direciona para essa dimensão (AMOSSY, 2018, p. 44). É dessa maneira, que se percebe a força da palavra sendo experienciada a partir de situações concretas e necessariamente, impulsionando posicionamentos nas mais diversas situações.

Por meio de Bakhtin (1997) identifica-se a parábola como gênero discursivo devido às características estabelecidas por esse autor para as designações de gênero, a qual nos enseja identificar os dispositivos enunciativos que marcam as condições de grupos sociais expressos na materialidade linguística. Destarte, a parábola surge em um espaço de comunicação, onde a oralidade predominava naquela esfera social, e se dá em um ambiente informal de conversa cotidiana que, para Bakhtin (1997), corresponde ao grupo de discurso que faz parte do gênero primário, dada a sua essência composicional. Assim, nota-se que o cordeiro, a moeda e o filho são elementos figurativos que têm uma representatividade para o auditório de Jesus, e são utilizados na espontaneidade da situação comunicativa levando em crédito o espaço (sinagoga) e a realidade sócio-histórico em que os discursos foram gerados.

Verifica-se que, a recursividade estabelecida nas parábolas, submete o auditório a uma introspecção, permitindo que sua natureza funcional seja preservada, sendo, portanto, histórias inventadas, cuja utilidade não se restringe à ilustração, mas são contadas “[...] como um meio de *evocar uma resposta* por parte do ouvinte” (FEE; STUART, 2011, p. 183, grifo nosso). A respeito disso, retoma-se à inscrição do auditório no discurso, em que se repara que

a representação social que Jesus tinha de seus alocutários tem estreita relação com seu discurso, cuja manifestação através da linguagem figurativa das parábolas, revela a representação ou a imagem que Jesus tinha daqueles que o criticavam, ou seja, a materialidade de seu discurso através de parábolas traduz a sua construção de auditório. Isso demonstra que:

[...] não é suficiente, entretanto, coletar dados estatísticos para compreender a imagem do alocutário [...]. É no texto que ela se deixa plenamente apreender: a representação que o locutor tem do seu público não pode ser percebida fora do discurso no qual se inscreve. É somente quando se materializa na troca verbal que ela toma consciência e pode ser relacionada a dados ou a imagens exteriores preexistente (AMOSSY, 2018, p. 57).

Infer-se no *corpus*, uma representação feita pelos fariseus e escribas acerca das pessoas que estavam reunidas com Jesus, quando são chamadas de “pessoas desqualificadas”, denota a aplicação de um estereótipo, que essa autora compreende como uma representação de uma imagem que é construída coletivamente, cuja exposição se dá pelo compartilhamento de ideias de uma comunidade. Se percebe ademais, um dos elementos de índices de alocação que ajudam a descrever o auditório, e nas parábolas podemos identificar essas designações nominais quando Jesus se dirige a assembleia fazendo os seguintes questionamentos: “*qual, dentre vós é o homem?*”; e “*qual é a mulher que?*”, significando uma indicação daqueles que o locutor almejava alcançar, ou seja, essas descrições utilizadas no discurso têm uma extensão considerável, porque “[...] podem se transformar em retratos autônomos que remetem claramente ao alocutário” (AMOSSY, 2018, p. 60). Nota-se também, que o uso do pronome pessoal “vós”, possui a vantagem de englobar o locutor, pois além de fazer o envolvimento do auditório na cena da parábola, permite que Jesus se coloque como esse homem, que na função de pastor de rebanho, cuida de suas ovelhas.

O contexto em que o *corpus* se ancora e as evidências compartilhadas de forma explícita por seus críticos, permitem apreender sobre o tipo de plateia que estava diante de Jesus. Seus ouvintes, na situação em análise, se constituíam de pessoas como os seus discípulos, que na maioria, compartilhavam dos mesmos valores e objetivos, enquanto outros, por curiosidade procuravam ouvi-lo em busca de algum benefício, porém, existiam aqueles que somente o criticavam e buscavam a ocasião mais favorável em que fosse encontrada alguma falha ou desvio de conduta para condená-lo. Dessa forma, identifica-se uma heterogeneidade em seu auditório, que por ser constituído de “[...] grupos diferenciados, até mesmo rivais [...]”, Amossy (2018, p. 69) nomeia de auditório compósito. Jesus aplica seu discurso diante desse tipo de público, apostando nos valores, crenças e opiniões diversificadas, sendo neste caso, a

difficuldade mais desafiadora pelo fato do orador em um mesmo discurso ter “[...] objetivos diversos e simultâneos” (AMOSSY, 2018, p. 71).

Considerando a funcionalidade de todas as premissas para a efetivação dos argumentos estabelecidos pelo locutor, ressalta-se a importância da articulação entre os níveis de cognição estável e episódica, os quais são evidenciados por nicho metafórico, tendo como base a metáfora situada (nível episódico), que de forma deliberada e local, denuncia a cultura que predominava entre os críticos de Jesus. Esse fato aponta para a realidade histórica do autor do livro de Lucas, que inserido na Palestina no século I d. C., e exercendo a profissão de médico, enfrenta os desafios decorrentes do regime religioso e político estabelecidos naquele contexto, especificamente dos cristãos gentios, que eram as pessoas que não pertenciam ao povo de Israel. Tendo em conta o fato de Lucas, enquanto escritor cristão, assumir uma posição contrária aos discursos que prevaleciam nos séculos passados pelos judeus não-cristãos, que viam o cristianismo como uma heresia e, além desse aspecto religioso, o político também representava uma outra ameaça, uma vez que a maioria dos judeus daquele século tinham receio de que “[...] os novos hereges [...]” provocassem a ira de Deus sobre Israel e que os fatos do passado voltassem a se repetir, considerando que, para os judeus-não cristãos, esse foi o motivo de Israel ter perdido sua independência para o Império Romano (SANT’ANNA, 2010, p. 281).

Sendo assim, enxerga-se no discurso dos fariseus, indícios da religiosidade judaica, quando eles demonstram um rigor ao cumprimento de leis que não permitiam proximidade com os que não as cumprissem, nem pertencessem ao grupo que não dispunham do mesmo domínio de conhecimento. Os sentidos para esse tipo de comportamento podem ser vistos como algo inconsciente, que faz parte do sistema conceitual e remete à ideia da metáfora QUANTO MAIOR A PROXIMIDADE, MAIOR É O EFEITO (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 222), ou da metáfora primária INTIMIDADE EMOCIONAL É PROXIMIDADE (SIQUEIRA, 2003, p. 55). Na situação em análise, percebe-se o efeito semântico realizado no discurso: “[...] este saúda e se mistura a pessoas desqualificadas e ainda partilha do pão com elas” (Lc 15, 2 b). É notório que, em qualquer situação semelhante a essa, o ato de partilhar o pão, decorre de uma interação bem próxima, e o sentido referente a esse ato pode fomentar diversos conceitos que porventura incitem várias interpretações. Quanto a isso, Lakoff e Johnson (2002, p. 226) assinalam que o efeito produzido pela proximidade pode estar associado ao sentido do discurso produzido. Dessa forma, a inscrição representada no evento discursivo, aponta uma estabilidade cognitiva existente nos pensamentos de quem expressou e ancora as metáforas situadas que são construídas e articuladas no nível episódico, isto é, são evocadas em pleno acontecimento discursivo, contudo subjazem-se às metáforas conceptuais (VEREZA, 2016a, p. 568).

Ademais, observa-se que os efeitos argumentativos no *corpus*, são confirmados pelo efetivo uso do recurso metafórico, que conforme Lakoff e Jonhson (2002, p. 57), mesmo que os conceitos metafóricos não forneçam todos os aspectos de um conceito, ele pode ser estendido para além do domínio das formas literais ordinárias, já que é parcialmente estruturado e pode ser expandido de alguma forma. Assim, quando Jesus Cristo expõe as parábolas, os conceitos metafóricos vão além dos elementos concretos nelas utilizadas, pois servem para estruturar domínios que se expandem. Observa-se também que, quando Sant’Anna (2010, p.152) demonstra seu entendimento a uma definição de parábolas, ele confirma que se trata de um recurso que além de ilustrar, funciona conforme esta constituição, como uma prova ou argumento dentro do discurso. Confirma-se também com Jeremias (1986, p. 9) quanto a seguridade das parábolas como um material confiável e sem problemas, porque levam os ouvintes a sua realidade e assim, torna a transmissão tão simples e clara que eles não têm como discordar de que se trata de sua vivência.

A argumentação de Jesus, diante da crítica por sentar-se à mesa com pecadores, sustenta-se em uma metáfora que só a cognição – a partir do “nicho metafórico” – poderá fazer compreender. Na verdade, Jesus não está querendo provar para ninguém que a atitude de se sentar com pecadores estaria certa ou errada. Não existe a menor possibilidade de a mente humana ser capaz de julgar os atos de Jesus. O que então se depreende do nicho CADA UM TEM SEU TESOIRO e não havia nada mais importante para aquele pastor do que a ovelha perdida; não havia nada tão importante para aquela mulher do que a dracma perdida e não havia nada mais importante para aquele pai do que o filho. Jesus estava dizendo: assim como cada um tem seu tesouro, eu tenho o meu. Os pecadores são meu tesouro. Largo tudo por eles. Largo tudo para estar com eles. Porque só eu posso salvá-los. Quero-os de volta, assim como o pastor, a mulher e o pai quiseram de volta o que lhes era de mais precioso. Enfim, o que a descrição linguística nos oferece: o “nicho metafórico” que funciona como uma ênfase discursiva necessária para explicar com fatos do cotidiano, o que, para os críticos da atitude de Jesus, parecia estranho. Para o pastor, a ovelha perdida; para a mulher, a dracma perdida; para o pai, o filho perdido; para Jesus, as almas perdidas: os pecadores.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, se confirma que as parábolas bíblicas como linguagem metafórica cumprem uma função comunicativa, considerando que, tradicionalmente, seu uso foi marcado pela oralidade, conforme os registros bíblicos e a tradição rabínica. Confirma-se também, que a característica mais evidente nos estudos sobre parábolas como gênero, identifica-se em sua utilização no ensino, levando-se em consideração que desde os primórdios aos dias atuais se entende que faz parte de um tipo de discurso que exerce uma função didática e doutrinária, especificamente, no ensino de valores morais e espirituais em discursos religiosos, embora se saiba que é uma narrativa que pode ser utilizada em outros universos de ensino.

Reitera-se que a linguagem é uma ferramenta de expressão em qualquer atividade humana, e por se tratar de uma atividade sociointeracional e multiforme o *corpus* foi explorado a partir dessa perspectiva, visto que o tema, o estilo e a composição das narrativas de Lucas 15 refletem não apenas a realidade, como também, a finalidade da sua aplicação. Dada a heterogeneidade dos gêneros, constata-se que a parábola se adequa às características de gênero primário, sem cair no extremismo do formalismo, pois diz respeito a enunciados concretos (oral/escrito) gerados nas condições imediatas da fala.

Dessa forma, verifica-se que além das características ressaltadas, as parábolas bíblicas têm função argumentativa, porque estão relacionadas com a cognição e o entendimento, seja pela emergência, seja pela negociação de sentidos possibilitada pela linguagem figurada. Assim, elas são usadas de forma deliberada suscitando que o orador desenvolva essa função, de sorte que, seu auditório seja orientado nos modos de enxergar a realidade e, conseqüentemente tomar algum posicionamento. Diante disso, certifica-se esse caráter funcional da parábola enquanto discurso argumentativo, tendo em conta que em todas as situações em que elas foram expostas existiam diferentes posicionamentos, dessa forma, solidifica o que Amossy (2018) considera essencial na efetivação de uma argumentação, quando as diferentes opiniões são expostas e tentam prevalecer uma sobre a outra, isso foi observado quando os fariseus questionaram a atitude de Jesus de sentar-se à mesa com pessoas consideradas cerimonialmente impuras. Nesta situação, percebe-se que a atitude dos fariseus era uma resposta ao governo romano que dominava Judá, no entanto, esse receio os escravizava ao zelo exagerado e no orgulho das tradições e práticas judaicas, que os levavam a adotarem um comportamento de superioridade em relação a quem fosse contrário às observâncias das suas leis.

A partir dessa perspectiva, capta-se que nas parábolas acontece uma sistematicidade metafórica em que conceitos são compreendidos no emprego de elementos figurativos que

configuram o estabelecimento na orientação comportamental em relação à situação apresentada. Assim, depreende-se que, quando Jesus utiliza as parábolas analisadas neste estudo, a argumentação é sustentada pela comparação que vai sendo tecida através dos elementos da exterioridade, os quais, fazem parte da experiência cotidiana dos que estavam em prontidão para ouvi-lo, e assim, as parábolas narradas contribuem na iluminação da mente no sentido de acionar questionamentos e/ou uma reflexão ativa.

Desse modo, infere-se que os elementos que dão suporte à argumentação geram essa paridade que a partir da sistematicidade metafórica oportunizam contemplar quando um aspecto de determinado conceito é realçado e encoberto em detrimento de outro, sendo, portanto, uma cognição que ultrapassa a concepção aristotélica, que a limitava apenas na transposição de termos. Por meio de Vereza (2016), nota-se que esse processo de realçar e encobrir é uma ação de natureza deliberada, que direciona para o reconhecimento da metaforicidade que vai sendo tecida em todo o evento discursivo. Por conseguinte, se desenvolve o mapeamento que fundado no desdobramento de metáforas presente na argumentatividade forma uma unidade semântico-discursiva. Diante disso, a recursividade da metáfora em uso foi contemplada neste trabalho na forma de nichos metafóricos, que são evocados ao longo de todo evento discursivo. Assim, toda sustentação argumentativa determinada na situação discursiva entre Jesus e os seus críticos se dá pela articulação entre expressões metafóricas inter-relacionadas em todo o discurso por nicho metafórico, que nesta análise diz respeito aos elementos figurativos apresentados nas narrativas expostas por Jesus: a ovelha, a moeda e o filho perdido. Sendo assim, enxerga-se uma representação pressuposta no mapeamento, ou paralelismo semântico, resultando em uma orientação argumentativa, segundo Amossy (2018), para quem todo discurso traz uma dimensão argumentativa, ou seja, apresenta uma orientação nos modos de ver uma realidade.

Em relação ao auditório, considera-se que a parábola é um recurso pragmático, dada a praticidade de alcance de um público mais geral e ser um veículo para ensinamentos universais. A partir dessa possibilidade, percebe-se que Jesus ao considerar a doxa do seu auditório fortalecia seus argumentos, e abria vantagem em relação a uma resposta satisfatória aos seus objetivos.

Diante dos resultados obtidos, reafirma-se que as parábolas bíblicas são textos que possuem características elementares que as enquadram como gênero discursivo, e que, devido a sua constituição funcional no exercício do ensino moral e doutrinário, e por sua recursividade no fortalecimento de uma orientação argumentativa, justifica-se seu reconhecimento junto às comunidades discursivas. Em relação aos efeitos argumentativos que se propôs caracterizar no

gênero, considera-se ter confirmado, tendo em vista que tais efeitos, se mostram enriquecidos pela presença de metáforas, as quais permitem que se estabeleça um paralelismo semântico com a experiência de vida dos ouvintes na situação proposta por meio das narrativas.

Sendo assim, os objetivos almejados nesta pesquisa são endossados por intermédio das análises e resultados obtidos, que a parábola enquanto gênero contribui estrategicamente para fundamentar uma argumentação, e que a situacionalidade das parábolas em relação aos aspectos sociocultural e histórico favorece para o resultado aspirado pelo orador no processo argumentativo, pois atua como técnica argumentativa.

Entende-se que esta pesquisa tem contribuição significativa para a continuidade da temática proposta, e a pretensão é que novos fundamentos sejam solidificados na construção desse conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 13. ed. ampl. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

ALMEIDA, M. L. L. de *et al.* **Breve introdução à linguística cognitiva**. In: ALMEIDA, M. L. L. de *et al.* (Org.). *Linguística cognitiva: morfologia e semântica*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa [*et al.*]. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, R. **Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares**. EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.

ARISTÓTELES. **Poética**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores, v. 2). ISBN 85-13-00232-1

BAILEY, K. **As parábolas de Lucas: a poesia e o camponês: uma análise literário-cultural**. Tradução de Adiel Almeida de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

BAILEY, K. **Poet and peasant: a literary cultural approach to the parables in Luke**. Michigan: William B. Eerdmans, 1976.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Emsantina Galvão Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BETTO, F. **Parábolas de Jesus: ética e valores universais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BÍBLIA. **King James Atualizada (KJA)**. (authorized Version) - Biblia King James (1611). Tradução dos manuscritos nas línguas originais do Tanakt (Bíblia Hebraica); B'rit Hadashah (Novum Testamentum Graece). 1. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica Ibero-Americana; Abba Press no Brasil, 2012.

CARNEIRO, M. F. **Emergência de metáforas sistemáticas na fala de mulheres vítimas diretas de violência doméstica: uma análise cognitivo-discursiva**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.

CERQUEIRA, A. G. C.; RIBEIRO, M. D. A.; TORGA, V. L. M. **O papel da metáfora temporal na parábola jesuânica de função confrontativa**. EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 6, p. 21-36, jun.2014.

CERQUEIRA, A. G. C.; TORGA, V. L. M. **O estilo no gênero parábola jesuânica: uma análise bakhtiniana de o bom samaritano.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6., 2012, São Cristovão. Anais eletrônicos [...]. São Cristovão: EDUCON, 2012.

CHIAVEGATTO, V. C. **Introdução à linguística cognitiva.** Matraca, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun. 2009.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FEE, G. D.; STUART, D. **Entendes o que lê?: guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica.** Tradução de Gordon Chown e Jonas Madureira. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Vida Nova, 2011.

FERRARI, L. **A linguística cognitiva e o realismo corporificado: implicações filosóficas e psicológicas.** Veredas: revista de estudos linguísticos, Juiz de fora, v. 5, n. 2. p. 23-29, 2001.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva.** 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnica de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, J. B. C. **Poder e afeto nas narrativas bíblicas: uma análise da construção do ethos discursivo nas parábolas contadas por Jesus.** 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2006.

GONDIM, M. V. C. **Modelos Cognitivos: um estudo intercultural das concepções de violência em jovens brasileiros e franceses.** 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2012.

JEREMIAS, J. **As parábolas de Jesus.** Tradução de João Rezenda Costa. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1986.

KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar.** São Paulo: Contexto, 2016.

KUNZ, C. A. **As parábolas de Jesus e seu ensino sobre o Reino de Deus.** Curitiba: A. D. Santos Editora, 2014.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana.** Tradução de Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LEEZENBERG, M. **Da linguística cognitiva à ciência social: 30 anos após metáforas da vida cotidiana.** Journal of Cognitive Semiotics, jan. 2013. Disponível: http://www.researchgate.net/publication/257940227_Conceptual_Metaphor_Theory_30_Years_After. Acesso em: 5 jan. 2022.

LOCKYER, H. **Todas as parábolas da Bíblia: uma análise detalhada de todas as parábolas das Escrituras.** Tradução de Carlos de Oliveira. São Paulo: Editora Vida, 1999.

MAINGUENEAU, D. **A análise do discurso e suas fronteiras.** Tradução de Décio Rocha. Matraca, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, jan./ jun. 2007a.

MAINGUENEAU, D. **Leituras e quadro hermenêutico.** Tradução de Maria Sabina Kundman. Revista Filologia e Linguística, n. 9, p. 279-292, 2007b.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTELOTTA, M. E.; PALOMANES, R. **Linguística Cognitiva.** In: MARTELOTTA, M. E. *et al.* (org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, S. **Pressupostos teóricos da linguística cognitiva e da análise cognitiva e social do discurso:** algum encontro? Cadernos do IL, Porto Alegre, n. 52, p. 270-284, dez. 2016.

OLIVEIRA, R. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras, v.2. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PAULINELLI, M. de P. T. **Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva.** Linguagem em (DIS) curso, Tubarão, v. 14, n. 2, p. 391-409, maio/ago. 2014.

PLANTIN, Christian. **“Não se trata de convencer, mas de conviver”: a era pós-persuasão.** EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 15, jan./jun.2018.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Revisão da tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo; Martins Fontes, 2005.

RENFREW, A. **Mikhail Bakhtin.** Tradução de Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.

SANT’ANNA, M. A. D. **O gênero da parábola.** São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, E. dos. **O estudo do significado sob a perspectiva da linguística/semântica cognitiva**. Pontos de Interrogação, v. 5, n.1, jan./jul. 2015.

SEGUNDO-GONÇALVES, P. R.; PIRIS, E. L. (org.). **Estudos de Linguagem e Argumentação e Discurso**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

SILVA, A. S. da. **A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística**. Revista Portuguesa de Humanidades, v. 1, n. 1-2, 1997. Disponível em: <http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>. Acesso em: 16 out. 2020.

SILVA, A. S. da. **Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a linguística cognitiva**. In: SILVA, A. S. da; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (org.). **Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva**. Coimbra: Almeida, 2004.

SILVA, M. M. **Atos de referenciação na construção de sentido em parábolas bíblicas contadas por Jesus**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2015.

SIMÃO, D. **Semânticas, ou considerações sobre cognição e formalismo**. Revista Versalete, Curitiba, v. 3, n. 4, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/46655/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

SIQUEIRA, M. **As metáforas na aquisição da linguagem: um estudo interlinguístico**. 2003. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2003.

VASCONCELOS, L. P. **Quem tiver ouvidos, ouça: vozes e escritas no contexto do cristianismo primitivo**. Projeto História: Revista de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 26, jan./jun. 2003.

VEREZA, S. **Entrelaçando frames: a construção do sentido metafórico na linguagem em uso**. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, jan./jun. 2013.

VEREZA, S. **Estudos em linguagem e cognição: ingresso e encantos pelas metáforas conceptuais**. Linguagem na lata, 18 dez. 2019. 1 vídeo (30min.16s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SO08dOVGjOU&t=29s>. Acesso em: 27 dez. 2019.

VEREZA, S. **O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso**. Cadernos de Letras da UFF, n. 41, p. 199-212, 2010.

VEREZA, S. **“Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada**. Signo, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/sign>. Acesso em: 16 out. 2020.

VEREZA, S. **Cognição e sociedade: um olhar sob a óptica da linguística cognitiva**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 16, n. 3, p. 561-573, set./dez. 2016a.

VEREZA, S. **Mal comparando... os efeitos argumentativos da metáfora e da analogia numa perspectiva cognitivo-discursiva**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 20, n. 40, p. 18-35, 2016b.

VEREZA, S. **Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva**. Linguagem em (Dis)curso, v. 7, n. 3, p. 487-506, set./dez. 2007.

VEREZA, S. **Perspectivação e ponto de vista: quando a cognição encontra o discurso**. CIGELP (Ciclo de Palestras Sobre Linguística Cognitiva). **Gelp Colin**, 4 jun. 2020. 1 vídeo (1h13min24s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TLNg201gD_8. Acesso em: 13 set. 2020.

VILLELA, M. A. Q. **Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. v. 1-2.

VOLÓSCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.